



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

MARIA GIULIA LIMA CARLESSI

**E ELAS SAÍRAM DO ARMÁRIO?**  
SUBJETIVAÇÕES LÉSBICAS EM IDADE ADULTA

---

Londrina  
2019

MARIA GIULIA LIMA CARLESSI

**E ELAS SAÍRAM DO ARMÁRIO?**  
**SUBJETIVAÇÕES LÉSBICAS EM IDADE ADULTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha 2.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Alexandre Gomes Nalli

Londrina  
2019

MARIA GIULIA LIMA CARLESSI

**E ELAS SAÍRAM DO ARMÁRIO?**  
SUBJETIVAÇÕES LÉSBICAS EM IDADE ADULTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha 2.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Marcos Alexandre Gomes  
Nalli  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Paulo Roberto de Carvalho  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profª. Dra. Flávia Fernandes de Carvalhaes  
Faculdade Pitágoras - FP

Londrina, 25 de julho de 2019.

Dedico este trabalho àqueles que sonham,  
acreditam e lutam por uma existência mais  
leve.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao meu orientador Marcos Nalli pela compreensão ímpar das condições para a realização desse trabalho, sempre dispondo de palavras sensíveis de acolhida e incentivo, de sua recorrente confiança em minhas capacidades e força, às provocações para as reflexões teóricas e éticas que me reinventaram milhares de vezes, pelos conhecimentos e risos compartilhados.

Às professoras e professores do PPGPSI que idealizaram e concretizaram a existência desse programa em tempos turbulentos, ensinando-me sobre persistência e dedicação e pela alegria de compartilhar com eles o corpo dessa primeira turma.

Um agradecimento mais que especial às mulheres maravilhosas que compuseram essa pesquisa com suas histórias de vida marcantes, pelas risadas, lágrimas, preocupações e sugestões trocadas.

Aos colegas que também compartilham comigo o privilégio de compor essa primeira turma: Andréa, Camila, Eduardo, Evilin, Flávia, Gracielly, Karina, Lucielly, Rafaela, Raphael, Thayná e Thaís. Grata pela partilha dessa experiência caótica, pelas muitas risadas e lágrimas, as angústias e alegrias, pelos debates, conversas e conselhos e um agradecimento especial a Amanda, quem levo desse mestrado como um presente da vida.

Gostaria de agradecer infinitamente às amigadas que me mantêm em pé, mutante e sã: À Patrícia, Sthefani, Isadora, Iolanda, Michele, Rafaella, Camila, Isabella, Thais, flores da minha primavera feminista, companheiras de árduas batalhas, longas gargalhadas, abraços apertados e amor incondicional; Ao Jorge, Paulo, Juarez, Peixoto, Carlos e Vinícius, companheiros na árdua tarefa de reinventar o quê nos disseram que deveríamos ser. Amo vocês.

Agradeço hoje e sempre ao meu pai Eduardo por nunca me deixar esquecer da minha

potência, ao meu irmão João pela confiança e ajuda sempre, ao meu “padaastro” e amigo Thiago pela gentileza, carinho e interesse. Amo vocês.

Por fim, agradeço à todos e todas que interpelaram meu caminho no decorrer desses dois breves e longos anos.

Não me pergunte quem sou e não me diga para  
permanecer o mesmo. (Foucault, 1969/2005,  
p.20)

CARLESSI, M.G.L. **E elas saíram do armário?** Subjetivações lésbicas em idade adulta. 2019. 120 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2019

## RESUMO

Este estudo aborda a experiência de assunção de lesbianidades de mulheres em idade adulta e busca, através desta, problematizar as noções naturalizadas acerca da sexualidade e de uma suposta natureza humana envolvidas na ideia de "saída do armário" na manutenção de um regime binário e de uma exigência identitária. Primeiramente, traz o percurso metodológico, que contém os caminhos percorridos nas escolhas do tema, ferramentas metodológicas e conceituais e justificativa. Na sequência, discorre sobre a fundamentação teórica a partir dos estudos de gêneros e teoria queer, utilizando ferramentas conceituais de Michel Foucault e Judith Butler para compreensão da sexualidade e os discursos vigentes acerca do tema. O terceiro capítulo aborda as lesbianidades, trazendo dados alarmantes da violência e invisibilidade lesbofóbicas e breve levantamento histórico das lesbianidades nas sociedades ocidentais no mundo e no Brasil. São apresentadas no capítulo cinco, as histórias de vida de três mulheres da cidade de Londrina/PR que definem seu momento de assunção após os 30 anos e conta com quatro eixos de análise principais: Família, autonomia financeira e trabalho, comunidade LGBTQ+ e guetos e assumir-se: liberdade e captura. Os resultados apontam para uma produção recorrente de duplos dentro dessas categorias, em uma recorrente captura binária e finaliza com a reflexão da criação de identidades nômades como uma possibilidade de criação de uma estética da existência em que, o "assumir-se" não seja da ordem da ordem da exigência identitária, mas sim do reconhecimento da identidade e de uma autoconstituição que nunca se encerra e portanto, não precisa se fechar. Espera-se que este trabalho possa contribuir para as problematizações das questões da sexualidade e da identidade, além das questões específicas das mulheres lésbicas e a invisibilidade destas no espaço acadêmico e na sociedade civil.

**Palavras-chave:** Assunção. Lesbianidades. Identidade. Foucault. Butler.



CARLESSI, M.G.L. **And they came out?** Lesbian subjectives in adulthood. 2019. 120 pp. Dissertation (Master in Psychology) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2019

### ABSTRACT

This study approaches the experience of assumption of lesbianities of women in adulthood and seeks, through this, to problematize the naturalized notions about sexuality and a supposed human nature involved in the idea of "came out" in the maintenance of a binary regime and of an identity requirement. First, it brings the methodological course, which contains the paths covered in the theme choices, methodological and conceptual tools and justification. In the sequence, it discusses the theoretical basis from gender studies and queer theory, using conceptual tools by Michel Foucault and Judith Butler for understanding sexuality and the current discourses on the subject. The third chapter deals with lesbianities, bringing alarming data on lesbophobic violence and invisibility and a brief historical survey of lesbianities in Western societies in the world and in Brazil. The life histories of three women from the city of Londrina / PR, who define their moment of assumption after the age of 30, are presented in chapter five and have four main analysis axes: Family, financial autonomy and work, LGBTQ + community and ghettos and take over: freedom and capture. The results point to a recurrent production of doubles within these categories, in a recurrent binary capture and ends with the reflection of the creation of nomadic identities as a possibility of creating an aesthetic of existence in which "assuming" is not the order of the order of the identity requirement, but of the recognition of identity and of a self-constitution that never ends and therefore does not have to close. It is hoped that this work can contribute to the problematizations of issues of sexuality and identity, as well as the specific issues of lesbian women and their invisibility in academic space and in civil society.

**Keywords:** Assumption. Lesbianities. Identity. Foucault. Butler.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
ABL	Articulação Brasileira de Lésbicas
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
CNS	Conselho Nacional de Saúde
GALF	Grupo Ação Lésbicas Feministas
GGB	Grupo Gay da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas
LF	Grupo Lésbico-Feminista
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LGBTQ+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, <i>Queers</i> e mais
NIS	Núcleo de inclusão social
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGS	Organizações não-governamentais
TCLE	Termo de consentimento livre e esclarecido
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	18
<b>3</b>	<b>PERCURSO TEÓRICO</b> .....	26
<b>4</b>	<b>LESBIANIDADES</b> .....	44
4.1	UM BREVE LEVANTAMENTO HISTÓRICO DAS LESBIANIDADES NO MUNDO .....	51
4.2	UM BREVE LEVANTAMENTO HISTÓRICO DAS LESBIANIDADES NO BRASIL .....	56
<b>5</b>	<b>QUEM SÃO ELAS?</b> .....	61
5.1	SOBRE CLARICE.....	61
5.2	SOBRE CECÍLIA .....	63
5.3	SOBRE ANA .....	68
<b>6</b>	<b>CONVERSAS COM ELAS</b> .....	71
6.1	FAMÍLIA.....	72
6.2	AUTONOMIA FINANCEIRA E TRABALHO.....	78
6.3	COMUNIDADE E GUETOS.....	86
6.4	ASSUMIR-SE: LIBERDADE E CAPTURA .....	93
<b>7</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	104
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	108
	<b>APÊNDICES</b> .....	113
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista .....	114
	<b>ANEXOS</b> .....	115
	ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	117

## 1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa situa-se no interior dos estudos de gênero e sexualidade, partindo de uma perspectiva pós-identitária e dos estudos *queer* e tem como objetivo compreender os processos de subjetivação de mulheres que se assumiram lésbicas na idade adulta e espera provocar reflexões acerca dos entendimentos populares sobre "sair do armário" e das constituições identitárias. É notável a relevância do tema da sexualidade na atualidade, desde as esferas de estudos acadêmicos até a política e nas discussões cotidianas e estudar e vivenciar a diversidade sexual e de gênero está para além do fazer ciência e a construção de novos saberes científicos: Trata-se de construir resistências e criar novas formas de existir.

Nesse trabalho, concebemos a ação de ser quanto um processo de composição e decomposição ao longo do curso da vida. Assumimos e abandonamos diversas pessoas que fomos, somos e viremos-a-ser em uma recorrente tomada de posições. E numa sociedade regente e regida de identidades, a sexualidade – este aspecto mutável e possível em tantos desdobramentos e possibilidades - permanece enclausurada em normatizações e ideais, em exigências de discursos e comportamentos muito bem definidos, sujeitados a juízos de valores morais. A pressão e as dificuldades de “sair do armário” estão presentes nas narrativas daquelas e daqueles que, em algum momento de suas vidas, perceberam-se fora das hegemonias do amor e do sexo. Se a exigência por identidades nos acompanha durante a infância, adolescência e juventude, parece que na vida adulta é preciso que estejam bem estabelecidas, e quando se trata de identidades sexuais, não sejam questionáveis mas há questionamentos e múltiplas possibilidades de vivenciar afetos e prazeres como nas histórias de vida aqui narradas. Assim, essa dissertação pretendeu analisar a construção dos discursos de autenticidade nesse movimento de assumir – para si e para os outros – uma nova posição

subjettiva frente ao sexo e quais fatores foram atribuídos como importantes nesse processo para as mulheres aqui entrevistadas.

Partindo de pressupostos de autores pós-identitários, como Judith Butler, Navarro-Swain e outras autoras da teoria *queer* e instrumentalizando alguns conceitos da vasta obra de Michel Foucault, para problematizar a ideia do “armário” e a “assunção” de uma orientação sexual e uma suposta determinação desta, seja biológica, seja cultural, em que o “armário” é um efeito de um regime de verdade heteronormativo, pautado em um sistema binário e regulatório para o reconhecimento e a constituição de si - homem/mulher, macho/fêmea, heterossexualidade/homossexualidade – em que a “saída” dele se caracteriza também pelo duplo: a libertação de uma exigência de conformidade com uma identidade hétero mas, ao mesmo tempo, uma captura de uma identidade homo, na outra extremidade, e não como um processo criativo de subjetivação a partir da experimentação dos prazeres e fazer-se performativamente.

A pesquisa parte da apresentação do percurso metodológico, desde a trajetória do desenvolvimento do projeto até a determinação final do problema, a escolha das ferramentas de coleta e análise e o suporte teórico utilizado, sendo uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando das histórias de vida temáticas através de entrevistas semiestruturadas, e para as análises, a perspectiva genealógica de Foucault (1995) como modo de analisar os dispositivos produtores dos discursos obtidos. O percurso metodológico contém ainda a justificativa dessa pesquisa em dois níveis: a necessidade de falarmos sobre lesbofobia e lesbocídios com a divulgação de números crescentes dessas violências e uma justificativa pessoal sobre as escolhas teóricas. O segundo capítulo contém a fundamentação que parte da Psicologia social e da filosofia da diferença para a crítica dos determinismos identitários na noção do "eu" e conta com as ferramentas conceituais das obras Michel Foucault (1970/2003, 1975/2006, 1976/2005, 1976/2017, 1978/2004, 1978/2008, 1984/2004) e Judith Butler

(1990/2015, 2000, 2015), traçando aproximações e afastamentos na análise do dispositivo da sexualidade (Foucault, 1976/2017) e seus efeitos na produção dos regimes de verdade sobre o sexo e os processos de subjetivação, apontando como se deram os processos de naturalização da distinção dos gêneros e da heterossexualização do desejo. (Butler, 1990/2015).

O terceiro capítulo discorrerá acerca das lesbianidades e seus entendimentos plurais dentro dos movimentos, da presença constante da figura masculina nas explicações formuladas, além de apresentar os números crescentes da violência homofóbica e lesbofóbica no Brasil e alarmar para a invisibilidade da temática não só atualmente, mas a partir de um breve levantamento histórico ocidental e nacional. No capítulo quatro, farei as apresentações das entrevistadas, trazendo de maneira geral suas narrativas e trajetórias. O capítulo quinto, *Conversas com elas*, é dividido em quatro eixos de análise principais. O primeiro *Família* discorrerá acerca da homofobia vivenciada dentro do ambiente familiar, mas também acerca da produção de novas formas de família da homoparentalidade; o segundo *Autonomia financeira e trabalho* traz a importância atribuída pelas entrevistadas a essa temática para a possibilidade de se assumir - com a saída da casa dos pais e a independência financeira - porém apontam que a assunção representa riscos para conseguir e manter um emprego. Analisa ainda a relação entre os conceitos de biopolítica foucaultiana e os corpos abjetos butlerianos na produção de vidas precárias; o terceiro eixo de análise percorrerá a importância da comunidade LGBTQ+ e os guetos nos processos de assunção, e no duplo produzido nesses espaços de acolhida mas também de exigências identitárias na adequação à novos ideais regulatórios, assim como o gueto produz um espaço de segurança e aceitação porém apenas dentro de seus muros, mantendo-se restrito e segregado. Por fim, a categoria "Assumir-se: liberdade e captura" tratará dessa constante produção de duplos ao longo das categorias de análise em que há uma tentativa recorrente de captura identitária daquilo que escapa aos dispositivos, como vemos na exigência de um reconhecimento identitário, violento e

regulatório, e não de um reconhecimento da identidade quanto experimentação e autoconstituição via performatividade (Butler, 1990/2015), forjando identidades nômades (Navarro-Swain, 2008), concebendo uma estética da existência (Foucault, 1982).

Esse trabalho não pretende a construção de novas verdades, mas sim suscitar questionamentos acerca dos processos de subjetivação, das relações de poder que nos atravessam e das exigências identitárias recorrentes, buscando a possibilidade de uma vida mais fluída e bela, como nos convidou Foucault em suas últimas produções.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

*"Da forma como tratamos neste trabalho, a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador." (Minayo, 2004, p.16)*

A pesquisa é imperfeita. Aproxima-se muito mais de um caminho tortuoso, esburacado e sem sinalização do que os pesquisadores nos fazem crer: há um problema, há um método para investigá-lo e há uma resposta suficientemente plausível e cientificamente aprovada para tal. Tal concepção pode ser dolorosa para aqueles que nesse universo ingressam pois há sim, um problema, mas não há caminho pronto e os enfrentamentos pelo aval da ciência desgastam o corpo de quem pesquisa. É assim o caminho trilhado para alcançar o objetivo e como pontuado por Minayo (2004, p.13): "A pesquisa social é sempre tateante, mas, ao progredir, elabora critérios de orientação cada vez mais precisos". A colocação desse "caminhar metodológico" como início da dissertação não é aleatória: Usualmente parte-se da fundamentação teórica, depois as questões metodológicas e por fim, a análise dos dados e seus resultados, porém, entendo que a escolha teórica – quais autores comporão essa pesquisa, quais de seus conceitos são pertinentes – também fazem parte do método pois, a partir desses, é possível determinar quais as melhores ferramentas de pesquisa e qual a melhor estratégia de análise. Assim, apresento aqui a trajetória da pesquisa: da ideia inicial pretendida a caracterização da análise final.

Inicialmente, minha ideia para o projeto de pesquisa pretendia buscar homens e mulheres que determinaram o momento de sua assunção - gay ou lésbica – após os sessenta anos – idade considerada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como o início da



velhice - visando relacionar a assunção ao processo de envelhecimento. Ao buscar essas histórias, através de contatos pessoalmente, via redes sociais com pessoas da comunidade LGBTQ+ na cidade de Londrina/PR ou por indicação, surgiram dois homens e nenhuma mulher: O primeiro por uma indicação de uma colega do mestrado que me passou o perfil do Facebook dele, por onde encaminhei uma mensagem explicando quem eu era, meu projeto de pesquisa e convidando-o a participar. O mesmo apresentou interesse inicial, porém que estaria fora da cidade durante duas semanas mas para eu procura-lo quando retornasse, mas quando tentei novo contato, não obtive mais respostas. Outra colega do mestrado me indicou um segundo possível candidato e o número de Whatsapp de sua filha – também psicóloga e conhecida de minha colega. Apresentei a mim e ao projeto e a resposta não tardou a vir: “A vida pessoal das pessoas não são temas de pesquisa! . . . não acredito em pesquisa de campo . . . não desculpo o seu incômodo! . . . Não entre mais em contato comigo”. A negativa, para além de reformular a pesquisa como um todo, também inquietou a mim enquanto pessoa e pesquisadora, o cuidado com àqueles que participam da pesquisa – que vai muito além de resguardos legais – e novamente a demanda de “provar” a cientificidade do estudo.

Os acontecimentos implicaram em dois movimentos para a pesquisa: Repensar a determinação do objeto e os crivos teóricos e metodológico que estavam pré-estabelecidos visto que o objeto inicial não se apresentou, mas, ao fazê-lo, desvelou-se um novo campo epistemológico e novos objetos, que recria não só ao projeto de pesquisa, mas a função do trabalho e os objetivos esperados. Durante aquela primeira busca, encontrei a história de duas mulheres que determinaram seu momento de assunção durante a idade adulta – também segundo critério da OMS, a idade adulta divide-se em três fases: adulez jovem inicial – dos 20 aos 24 anos; adulez jovem plena: 25 aos 34 anos; adulez jovem final: 35 aos 40 anos. Para essa pesquisa, foram consideradas as participantes cuja assunção esteve determinada nas

fases de adultez jovem plena e final, ou seja, dos 25 aos 40 anos, momento em que, segundo o senso comum, o sujeito já está consolidado quanto sua identidade.

O segundo movimento perpassa o primeiro: A reorientação do objeto para o duplo mulheres lésbicas e adultas possibilitou a aproximação à uma categoria que, após os levantamentos teóricos e estatísticos, se mostrou invisibilizada que compreende uma população marcada por uma exclusão dupla: ser mulher e ser lésbica em uma sociedade patriarcal e heteronormativa e até mesmo dentro da comunidade LGBTQ+ o destaque da população “G” e lésbicas estão no duplo-invisível: mulher e lésbica, fora do padrão macho-heterossexual normativo da sociedade ocidental, e nesse caso, brasileira. Defini, então, o problema de pesquisa: Como se deu a experiência de assunção de lesbianidades por mulheres em idade adulta? A maneira pela qual seria possível esboçar uma resposta perpassa a abertura de espaço a essas mulheres para que falem *per si*, preservando o lugar de fala que lhes é de direito. Ao apresentar o conceito de lugar de fala para a teórica feminista negra Patricia Hill Collins, coloca Ribeiro (2017, p. 34): “Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades” pois, segundo Ribeiro (2017) a teoria feminista, ao utilizar categorias interseccionais como raça, gênero, classe e sexualidade possibilita não só localizar os grupos dentro das relações de poder mas também traçar os dispositivos auxiliares na criação de desigualdades a partir da construção de identidades através desses, tendo “como objetivo a diversidade de experiências, há a consequente quebra de uma visão universal” (Ribeiro, 2017, p.61).

A partir da década de 70, o feminismo ganha espaço dentro da academia, com o surgimento da Epistemologia Feminista que pretende “investigar o papel do gênero nas diversas atividades epistêmicas” (Ketzner, 2017, p. 97), além de identificar e problematizar os preconceitos de gênero na construção do conhecimento. A tradição cartesiana e positivista pretende um sujeito a-histórico, universal, racional e descorporificado porém, a crítica

feminista aponta que o sujeito cartesiano, na realidade, é o homem branco, europeu e heterossexual:

. . . como o conhecimento adquiriu gênero e como pode ser desprovido de gênero? Como devem os conceitos de verdade, racionalidade, objetividade, certeza, etc. ser repensados de modo a livrá-los da mácula do masculinismo? (Longino, 2012 citado por Ketzer, 2017, p. 98)

Portanto, o esforço de pensar não só ferramentas metodológicas, mas fundamentação teórica pertinente para conseguir romper com a epistemologia hegemônica: uma ciência menos masculinista e heterossexual, menos disciplinar e positivista, criando espaços de reflexão para além do problema desta pesquisa, mas para o fazer ciência de forma interseccional, transdisciplinar e política. Permitir que mulheres lésbicas falem sobre suas histórias, vislumbradas a partir de um olhar feminista, assume contornos de subversão pois a pesquisa dota o sujeito de corpo – e no caso dessa pesquisa, o corpo feminino e lésbico. Como belamente pontuado por Souza e Prado (2015, p. 127): “Ao selecionar metodologia, devemos nos preocupar não apenas com as implicações técnicas, mas também com as implicações políticas e éticas que compõem uma pesquisa”. Assim, desde a escolha temática até os caminhos percorridos, as ferramentas a serem utilizadas, o modelo teórico e as referências de suporte, absolutamente todos esses envolvem questões éticas e políticas pois a produção de conhecimento é também produção de verdade e relaciona-se diretamente com as práticas de poder em nossa sociedade.

Logo, a justificativa dessa pesquisa se deu em dois níveis: Os dados alarmantes sobre a LGBTQfobia a partir dos dados levantados pelo Grupo Gay da Bahia [GGB] e depois, especificamente, a lesbofobia e o lesbocídio no Brasil, contando com os dados apresentados pelo *Dossiê sobre o Lesbocídio no Brasil* (Peres, Soares e Dias, 2018), que além de trazer os índices de mortes lesbofóbicas, chama a atenção para a invisibilidade da temática na

sociedade. A segunda justificativa está no nível pessoal com uma vivência familiar: Meu pai, que aos 58 anos de idade, apresenta seu namorado à família, e após isso, os diversos atravessamentos que surgiam sem que eu os buscasse através de relatos de histórias similares, vídeos, documentários, filmes do que chamei aqui de assunções tardias de homossexualidades, e a minha aproximação com os estudos feministas e, em especial, a teoria *queer*. Tal contato teve início ainda durante minha graduação de forma não só acadêmica e teórica, mas também em contato com os movimentos sociais – além de relações de amizade com pessoas envolvidas no movimento LGBTQ+. Foi no terceiro ano da graduação em Psicologia que, durante um simpósio na Unesp de Assis/SP, conheci mais a fundo a teoria *queer* e seu movimento de contestação das fixações identitárias e na proposta de uma vida “não fascista” – como proposto por Foucault no prefácio do livro *O antiédipo* (1974) de Deleuze e Guattari – coincidiram com aquilo que acredito pessoal e filosoficamente. Ao me aproximar de tais estudos, pude compreender a função psicóloga que viria a exercer após formada e o quanto a psicologia podia tomar forma como ferramenta de controle e normalização dos corpos e das existências, como será melhor exposto no capítulo teórico adiante. Esquadrinhei, assim, o projeto dessa dissertação buscando apontar uma das muitas exigências identitárias recorrentes em nossas vidas e o quanto a sexualidade é constitutiva para compreendermos a nós e aos outros.

De acordo com Minayo (2004, p.10): "Na sociedade ocidental, no entanto, a ciência é a forma hegemônica de construção da realidade, considerada por muitos críticos como um novo mito, por sua pretensão de único promotor e critério de verdade". Buscando questionar esses *locus* de verdades hegemônicas, utilizou-se abordagem qualitativa para a coleta e análise das narrativas das participantes. Justifica-se a escolha do método por permitir uma análise das histórias que aqui se apresentam, sem a pretensão de categorizar e quantificar as subjetividades ou generalizar a assunção de mulheres em idade adulta mas sim, compreender

as idiosincrasias das experiências, os padrões e as diferenças, e, a partir do referencial teórico e metodológico aqui descrito, analisar como as subjetividades dessas mulheres estão sendo construídas nessa sociedade, dentro desse contexto histórico e social em que vivem. Ainda segundo Minayo (2004, pp. 21-22): "A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes".

Dentro da variedade de métodos qualitativos, optou-se em utilizar a história de vida temática, uma abordagem autobiográfica, que consiste na narrativa das participantes sobre o percurso vivido sobre certas especificidades temáticas. Segundo Tinoco (2004), existe entre os estudiosos do método certa concordância de que a história de vida encontra espaço através da psicologia social e a urgência de métodos que consigam captar os problemas sociais emergentes, possibilitando as "biografias das classes ou grupos sociais minoritários ou marginalizados no todo social" (Tinoco, 2004, p. 2). Isso se dá, pois, a história de vida, conforme Paulilo (1999) fornece elementos históricos tanto das experiências subjetivas individuais de cada participante atravessada pelos elementos histórico-culturais em que ocorreram pois "através da história de vida pode-se captar o que acontece na intersecção do individual com o social, assim como permite que elementos do presente fundam-se a evocações passadas" (Paulilo, 1999, p.141).

Ainda segundo a autora, ao trabalhar com a história de vida fica-se exposto a uma possível seletividade dos conteúdos narrados, mas que, longe de ser uma falha do método é "o que interessa quando trabalhamos com história de vida é a narrativa da vida de cada um, da maneira como ele a reconstrói e do modo como ele pretende seja sua, a vida assim narrada" (Bosi, 1994 citado por Paulilo, 1999, p. 141). Assim, os elementos trazidos e enfatizados e aqueles que não se aprofundam, também são dados para a análise.

A apreensão das histórias de vida deu-se através de entrevistas semiestruturadas, cujo roteiro pode ser verificado no apêndice 1, e traz questões norteadoras acerca do que considerava a vida antes da assunção, do processo de assumir-se, do entendimento do que é se assumir e da percepção de si no antes e no depois da assunção. As questões serviram como um guia para a pesquisadora, garantindo que o assunto fosse explorado o mais amplamente possível, mas sem a rigidez de um questionário fechado. A escolha pela modalidade de entrevista se deu pela possibilidade de maior abertura para trazer outros temas que considerassem pertinentes, além de permitir a pesquisadora mais flexibilidade na exploração dos assuntos, garantindo que às questões norteadoras fossem respondidas mais assertivamente quanto ao problema de pesquisa, conforme pontua Paulilo (1999, p.143): “No âmbito das representações e da produção de sentido, as entrevistas são tratadas como encontros sociais, nos quais conhecimentos e significados são ativamente construídos no próprio processo da entrevista; entrevistador e entrevistado são, naquele momento, co-produtores de conhecimento”. Dada a disponibilidade das participantes e também o tempo limitado para o desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas uma entrevista com cada uma, sem tempo definido, ficando o encerramento a critério da entrevistadora ao apreender o conteúdo necessário para as análises, mas também a critério das entrevistadas caso assim o desejassem.

Foram entrevistadas 3 mulheres cujas entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas e excluídas as gravações ao término da transcrição. Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética com Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina [UEL] sob o parecer de número 2.638.915 e, as participantes formalizaram sua participação a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme anexo 1. Atendendo as resoluções CNS nº 510/2016 e CNS nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, as participantes da pesquisa são consideradas grupo de vulneráveis, sendo assim, havia como risco a possibilidade de manifestação de incômodos, desconfortos ou alterações

emocionais por parte das participantes da pesquisa no decorrer das entrevistas, a mesma poderia ser imediatamente interrompida. Caso a pesquisadora avaliasse como necessário, sendo uma profissional da área de Psicologia, ela mesma realizaria um acolhimento dos conteúdos manifestos pela participante no momento da entrevista, porém, as entrevistas correram sem manifestações de desconfortos ou alterações emocionais.

Durante o processo de gravações e transcrições, iniciou-se o trabalho de identificação das categorias de análise, que se estendeu a cada nova entrevista e nova transcrição, em conjunção com a literatura consultada, que também acompanhava e se estendia de acordo com os conteúdos que foram surgindo durante os relatos, em um movimento de retroalimentação e de percepção das ocorrências comuns e ausências nas experiências que eram relatadas. Fundamentada na perspectiva genealógica de Michel Foucault (1995), foi realizada a análise dos dispositivos que produziram e/ou produzem categorias identitárias, através dos discursos em cena sobre a sexualidade, lesbianidades, identidade e mulheres; e a análise genealógica do “se assumir” na vida adulta dessas mulheres: as regulamentações das práticas a partir do ideal regulatório heteronormativo. A conjunção de ambos permitiu esboçar os processos de subjetivação e construção de si dessas mulheres.

### 3 PERCURSO TEÓRICO

Esta pesquisa situa-se no campo dos estudos de gênero e sexualidade, articulando-se com a psicologia social, especificamente encontra seu aporte teórico na filosofia da diferença a partir das obras de Michel Foucault (1970/2003, 1975/2006, 1976/2005, 1976/2017, 1978/2004, 1978/2008, 1984/2004) e Judith Butler (1990/2015, 2000, 2015). A escolha por tal aporte teórico dá-se pela composição teórica transdisciplinar que caracteriza o campo da psicologia social que se compõe de diferentes saberes: Os próprios ao conhecimento *psi*, a filosofia, arte, sociologia, ciências políticas, geografia, medicina, direito e os demais campos que surjam pertinentes para esboçar o entendimento do fazer-se sujeito na atualidade em que se pesquisa. A escolha pela filosofia da diferença, claramente, não é ingênua: Seu encontro com a psicologia social possibilitou repensar verdades amplamente enraizadas não só na ciência psicológica, mas no Ocidente como um todo: A da natureza humana. Logo, como pontua Mansano (2009, p.2):

(...) somos atravessados por essa concepção que, por diferentes vias, colabora para que a nossa vida seja organizada de maneira bastante fixa, valendo-se de regras e valores instituídos que, ao ganharem uma configuração dominante, são legitimados como algo que deve assim permanecer.

Nessa fixação de valores e regras instituintes, a identidade aparece como marca forte na contemporaneidade: A busca pela identidade própria, a necessidade de assumi-la e fixá-la e o reconhecimento do papel das psicologias na construção de noções enrijecedoras acerca da sexualidade e das identidades sexuais e de gênero, que contribuem para uma visão determinista, causalista e fechada sobre o processo de construção da identidade sexual – muitas vezes apontada como definida na infância – e do fechamento da construção da



identidade pessoal na vida adulta, aliada a noções biológicas como pré-disposição e constructos da psicologia como personalidade, que possibilitam discursos excludentes e patologizantes acerca das identidades sexuais e de gênero dissidentes do referencial hegemônico heterossexual e cisgênero.

Para uma teoria que permita compreender o devir humano e seu perpétuo processo de construir-desconstruir-reconstruir, é preciso reformular a concepção de sujeito e ciência com a qual a psicologia se constituiu. E a partir de um paradigma emergente distinto do positivista, encontram-se as psicologias sociais – no plural. Parece estranho – dentro de um paradigma científico moderno - que uma ciência se pretenda plural e descontínua, que haja em seu corpo teórico múltiplas perspectivas, bases filosóficas, conceitos e métodos diversificados, que se reinventam e descobrem novas acoplagens, novos saberes para conversas, que constrói com eles outros tantos mais, não visando ser mais uma ciência positiva - pretensamente verdadeira, universal e estática. Mas nasce da conjunção de diversas áreas, tendo a epistemologia do movimento como sua fundação – E assim, afasta-se da metafísica científica, da busca por um essencial puro, da verdade científica e compreende o mundo, os sujeitos e a si própria de forma histórica e política. Dotada de mobilidade e historicidade, a psicologia social pode ser entendida como uma ciência limítrofe, fronteira; caminha nas intersecções do conhecimento. E nestes encontros com outros saberes, nota-se a urgência em fazer da psicologia uma ciência crítica, que compreenda seu papel na construção do sujeito e da sociedade, quando aponta o que é “normal”, “mentalmente saudável”, “desviante”. Sua produção de saber e suas práticas possuem a força da ciência – a ideia de verdade absoluta que ela tenta se desvencilhar.

É importante destacar que, apesar de múltiplas perspectivas e entendimentos de sujeito e mundo no campo da psicologia social, compartilha-se como base comum a todas a

epistemologia do movimento<sup>1</sup> e o entendimento do fenômeno a partir de uma construção social e histórica. Assim, parte do devir e transformação constante – pautada na filosofia dos pré-socráticos: “Tudo flui” e permanece se transformando – e da problematização das condições de surgimento dos conceitos e discursos em determinado tempo histórico, concebendo a construção humana e não mais uma essência humana, metafísica e transcendente. A partir destes dois fios condutores, a psicologia social desdobra-se em múltiplas epistemologias, como podemos ver, por exemplo, na teoria dos campos de Kurt Lewin; nas teorias críticas como da psicologia sócio-histórica e seu diálogo com a sociologia e a ciência política de Karl Marx e a dialética hegeliana, ou com a filosofia da diferença e sua aproximação com a psicanálise como Deleuze e Guattari, darão a possibilidade de repensar valores universais e a construção dos sujeitos a partir da problematização da existência, em macro e micro análises.

Esse trabalho utiliza algumas ferramentas conceituais e metodológicas de Foucault e Butler pois possibilitam o entendimento dos modos de existência e relações de poder engendradas nos processos de subjetivação destas mulheres, tendo em vista a aplicação destes conceitos a partir de seus relatos, mantendo o objetivo de uma pesquisa em psicologia social e não na formulação estritamente teórica, como ocorre na filosofia. Aceita-se assim o convite para o uso instrumental da teoria de Foucault, como o próprio pontua em 1975, em entrevista a Roger Pol-Droit (Foucault, 1975/2006, p.52):

Todos os meus livros seja História da loucura seja outros podem ser pequenas caixas de ferramentas. Se as pessoas querem mesmo abri-las, servirem-se de tal frase, tal ideia, tal análise como de uma chave de fenda, ou uma chave-inglesa, para produzir um curto-circuito, desqualificar, quebrar os sistemas de poder, inclusive,

---

<sup>1</sup> Entende-se como epistemologia do movimento a escola de pensamento elaborada pelo filósofo pré-socrático Heráclito e sua máxima “panta rei” ou “tudo flui como um rio”. O filósofo parte do princípio de que tudo no mundo está em constante movimento, nada permanece parado, o perene devir. Seu pensamento influenciou filósofos como Nietzsche, Espinosa, entre outros. Ver mais em Martins, 2007.

eventualmente, os próprios sistemas de que meus livros resultam, pois bem, tanto melhor!

Em seus diálogos com diferentes áreas de saber, a psicologia social permite a ruptura com as disciplinas fechadas e estabelecidas em seus domínios conceituais e expande os horizontes da pesquisa, permitindo elaborar análises pontuais de acontecimentos particulares, e cujo objetivo não é mais generalizar a experiência, mas sim, conceber suas idiossincrasias: Que se encontre os pontos de aproximação entre as narrativas mas aproxime-se também das particularidades, da diferença e assim, esboçar uma identidade fugaz e maleável, adaptável e viva: uma perspectiva pós-estruturalista, através das contribuições de Guacira Lopes Louro, Judith Butler, Livia Gonsalves Toledo e Tania Navarro-Swain.

Em “*Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*”, Judith Butler (1990/2015) questiona a noção de identidade e sua íntima relação com a ideia de unidade – tanto em âmbito individual, quanto categoria representacional de um determinado grupo. As identidades encontram-se, como pontua a autora, alicerçadas em pressuposições nas quais “são idênticas a si mesmas, persistentes ao longo do tempo, unificadas e internamente coerentes” (Butler, 1990/2015, p.42), assim, a noção de pessoa parte de uma tradição filosófica na qual “seja o contexto social em que ‘está’, a pessoa permanece de algum modo externamente relacionada à estrutura definidora da condição de pessoa, seja esta a consciência, a capacidade de linguagem ou a deliberação moral” (Butler, 1990/2015, p.42). A identidade – de gênero, problematizada por Butler (1990/2015) - segue vinculada ora pelo paradigma da substância ora da construção e, em ambos, o determinismo é o ponto central. Pelo paradigma da substância temos um tipo de determinismo biológico: “o sujeito nasceria homem ou mulher e suas diferentes experiências e lugares na sociedade seriam determinados naturalmente de acordo com o sexo que o sujeito nasceu” (Firmino & Porchat, 2017, pp. 54-55).

A distinção dos gêneros, a partir da diferença sexual, naturaliza as diferenças sociais produzidas entre homens e mulheres, naturalizando as desigualdades entre os dois e, conseqüentemente, dificultando os movimentos de contestação e transformação destas, dado que é “natural”. Assim, se a diferença sexual naturaliza a distinção dos gêneros, também naturaliza a heterossexualidade como único destino possível. Ainda que buscasse uma saída ao determinismo biológico, uma noção construcionista do gênero também pode encerrar-se em um determinismo cultural, como pontua Butler (1990/2015, p.29):

(...) a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a ‘cultura’ relevante que ‘constrói’ o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino.

A “cultura como destino”, assim como a biologia, também tem no sexo e na diferença sexual sua referência. Ainda que, aparentemente, dote o sujeito de uma certa “liberdade de escolha”, esta é feita a partir de imperativos culturais para ambos os sexos. Assim, segundo Butler (1990/2015), não há como conceber uma noção de identidade anterior à identidade de gênero, pois só a partir do reconhecimento a partir dos padrões de inteligibilidade do gênero é que um corpo passa a ser um sujeito e assim, a identidade assume-se quanto “normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. . . assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade” (Butler, 1990/2015, p.43). Não há, pois, nenhuma naturalidade nessa vinculação, mas a produção de práticas reguladoras a partir de uma matriz pautada na oposição binária masculino-feminino e na “heterossexualização do desejo” (Butler, 1990/2015, p.44). Os dois paradigmas repousam na ideia de um corpo que é pré-discursivo,

ou seja, dotado de uma certa natureza, uma certa essência ou substância humana, de algo que escapa ao discurso, anterior a este:

(...) não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais; conseqüentemente, o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva. Sem dúvida, será sempre apresentado, por definição, como tendo sido gênero desde o começo. (Butler, 1990/2015, p. 29)

Posto desse modo, não há um sujeito anterior, algo intrínseco a natureza do corpo humano, anterior ao discurso e a significação cultural pois “a própria identidade é uma produção discursiva, um efeito do discurso. Nesse sentido, o sujeito não é anterior ao que ele expressa, mas é justamente um efeito do que ele expressa” (Butler, 1990/2015, p.29). A noção de discurso utilizada por Butler tem como ponto de partida a obra de Michel Foucault, que compreende o discurso quanto prática, ação e dotado de materialidade, logo, não busca a “desvelação” de sentidos ocultos, mas a função do discurso – a ordem do discurso em relação a outros (Foucault, 2008). Ao encontrar-se com esta proposta genealógica de análise e a perspectiva pós-identitária da teoria *queer*, a psicologia defronta-se com os efeitos de sua produção teórica secular na constituição dos sujeitos e na manutenção do *status quo*, das desigualdades sociais a partir de referências hegemônicas como, por exemplo, apontado por Butler (1990/2015) sobre as noções de naturalização da desigualdade entre homens e mulheres e a heterossexualização dos desejos ao reproduzir e naturalizar o referencial.

Ao longo de “*Problemas de gênero*”, Butler trava um diálogo intenso e ao mesmo tempo crítico com Foucault, utilizando de algumas de suas ferramentas conceituais e questionando outros pontos ao longo de sua obra. Dessas ferramentas conceituais que Butler utiliza está a conceituação de poder foucaultiana, apresentada em *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (1976/2017), apontando o lado positivo e produtor deste e não mais a noção

de um poder unicamente repressivo e coercitivo, que o autor denomina de hipótese repressiva. Escancara o movimento de incitação dos discursos e produções teórica e científicas acerca do sexo - a *scientia sexualis* - e os efeitos desta na produção dos sujeitos pois foi “construído em torno do sexo e a propósito dele, um imenso aparelho para produzir a verdade, mesmo que para mascará-la no último momento” (Foucault, 1976/2017, p.63). Confrontando a noção de que a sexualidade fora amplamente reprimida a partir do século XVIII, Foucault (1976/2017) pontua que, ao contrário, os discursos sobre a sexualidade proliferaram-se e saíram da esfera do ilícito, do velado, do privado, assumindo formas e parâmetros diversificados, como destaca:

Mas o essencial é a multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo do exercício do poder: incitação institucional a falar do sexo e a falar dele cada vez mais; obstinação das instâncias do poder a ouvir falar e a fazê-lo falar ele próprio sob a forma da articulação explícita e do detalhe infinitamente acumulado. (Foucault, 1976/2017, p.20)

Segundo Foucault (1978/2008), a partir do cristianismo, o Ocidente, depositou no sexo a “verdade” do humano e a sexualidade fora vinculada a salvação – ou castigo – do sujeito. Assim, “o sexo foi aquilo que, nas sociedades cristãs, era preciso examinar, vigiar, confessar, transformar em discurso” (Foucault, 1978/2008, p. 230). O esclarecimento em torno da sexualidade passa a ser o foco de diferentes instituições, práticas e disciplinas: para além do sacerdote, cientistas, médicos, psicólogos, psiquiatras, psicanalistas e pedagogos buscam a “verdade” do sexo. Escolas, igrejas, família e Estado incitam a produção do falar sobre si e sua sexualidade em busca de construir discursos “verdadeiros” acerca do tema.

Para tal, incorpora-se e atualiza-se a confissão – prática centenária, amplamente utilizada durante a Idade Média para obtenção da verdade - a reconfigurando nos parâmetros científicos para produzir a verdade sobre o sexo, e, conseqüentemente sobre os sujeitos. A

confissão, atualizada em um “fazer falar” embasado cientificamente pelas ciências médicas e psicológicas, torna-se um importante caminho para a verdade e a liberdade, pois é preciso assumir-se e confessar ao outro – o médico, o especialista, a família – quem se é e o que se deseja, para ser então avaliado e interpretado, dentro das produções de verdade sobre o sexo, abastecidas senão por outras tantas confissões, onde a identidade do indivíduo encontra-se suscetível por aquilo e a partir daquilo que ele diz de si mesmo, sujeito à aprovação ou não, ao atestado de veracidade de si ou não. Para compreender a produção de verdades são necessários dois conceitos fundamentais na obra foucaultiana: saber e poder. O primeiro foi trabalhado pelo autor em seus anos iniciais, tendo como destaque o livro *A Arqueologia do Saber* no qual Foucault (1969/2008) define:

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico; . . . é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso;. . . é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; . . . finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (p. 204).

Nota-se então que o saber, em Foucault (1969/2008), caracteriza-se por um conjunto de elementos regulados por uma prática discursiva e fundamentais na constituição de uma disciplina científica, ainda que não somente à esta, visto que se localiza em diferentes espaços do qual parte o sujeito na constituição do discurso. Nota-se que o saber, para o autor, assume uma localidade, assim como o discurso encontra-se na fronteira entre o material e o imaterial pois, para o autor, o discurso é compreendido na ordem prática e configurado como acontecimento, onde o foco da análise deixa de ser o conteúdo, mas sim a forma:

. . . no problema do discurso, é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Não é o sentido que eu busco evidenciar, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento. Isto é o que eu chamo de acontecimento. (Foucault, 2010, p. 255)

Assim, se o discurso está na ordem prática, é acontecimento, e o saber constitui-se como uma organização de diferentes elementos – também discursos – é possível localizar quais foram as estratégias, movimentações, aglutinações e afastamentos que possibilitaram que a cristalização de uma verdade, a legitimação de um discurso com o respaldo de diversos saberes que o atravessa, como faz Butler (1990/2015) ao investigar a categoria gênero e a suposta naturalidade da diferenciação sexual e, por conseguinte, da heterossexualidade. Essa legitimação é histórica visto que são as relações de poder entre sujeitos de um determinado momento que caracterizaram qual o conhecimento que será buscado, logo produzido e então, legitimado:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 2010, p.12).

A verdade é uma produção do poder e este só é possível a partir dela. Essa nova conceituação de poder possibilita a análise da articulação das redes de saber-poder dos discursos que permeiam o gênero, o sexo, a sexualidade e a identidade, possibilitando uma analítica dos poderes envolvidos na construção e manutenção de determinados discursos e da constituição de si: como essas verdades que estão presentes nas narrativas destas mulheres



foram se cristalizando? Quais poderes as atravessam quando falam suas vivências e memórias? Conforme pontua Foucault (1978/2008, p.72):

Pensamos em todo caso que o corpo tem apenas as leis de sua fisiologia, e que ele escapa à história. Novo erro; ele é formado por uma série de regimes que o constroem; ele é destruído por ritmos de trabalho, repouso e festa; ele é intoxicado por venenos – alimentos ou valores, hábitos alimentares e leis morais simultaneamente.

Não se trata de reprimir ou proibir a sexualidade, mas ao contrário, controlar e gerenciar os corpos, a população e a subjetividade através de diversos elementos, capaz de produzir e deslegitimar experiências, visando a manutenção das relações de poder em jogo (Foucault, 2010), que vão constituir isto que o autor nomeia de dispositivo da sexualidade e que distingue em quadro grandes conjuntos estratégicos no desenvolvimento de dispositivos de saber e poder acerca do sexo sendo a histerização do corpo da mulher; pedagogização do sexo da criança; socialização das condutas de procriação e psiquiatrização do prazer perverso (Foucault, 1976,2017).

O autor passa a identificar os diferentes dispositivos da sociedade ocidental moderna e distingue tecnologias de poder para governo dos humanos de dois tipos: a anátomo-política e a biopolítica. A primeira refere-se às tecnologias que incidem diretamente sobre o corpo, individualizante, disciplinar: a produção dos corpos dóceis e úteis a partir do adestramento, o corpo-máquina cujo propósito é de docilizar e torná-los úteis e produtivos para o novo sistema político-econômico e social vigente: o capitalismo; do outro lado, é preciso administrar as grandes massas, voltada a espécie e processos biológicos, o corpo-espécie (Foucault, 1976/2017) – a população – a partir de uma série de tecnologias de produção – e impedimentos - dos modos de vida: a biopolítica, o poder que “faz viver e deixa morrer” pois regulamenta os processos de reprodução, adoecimento, envelhecimento (Foucault, 1999). E no interstício, a produção do “dispositivo da sexualidade”, campo de saber-poder, dotando o

sexo de significação, funções e finalidades, aperfeiçoando-lhe técnicas, polindo-o e determinando-lhe suas verdades e mentiras, suas normas e patologias em nome de um bem-maior, pela garantia da reprodução da vida e da espécie. Como escreve Foucault (1997/2005, p.302):

Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra.

Nesse sentido, a produção de tecnologias do sexo, sustentadas a partir de práticas, normas, discursos e disciplinas sobre o sexo, desde o século XIX, visavam a reprodução de uma população produtiva para abastecer o sistema capitalista que estava em pleno desenvolvimento, produzindo os elementos necessários para a fabricação do “tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial, capitalista” (Foucault, 1978/2008, p. 17). É nesse contexto, a partir do século XIX, que a categoria homossexual surge nas ciências modernas como medicina, psiquiatria, psicologia, direito, entre outras tantas articulações discursivas, em nome de uma suposta proteção e pureza da população. No movimento de regulamentação das grandes massas, Foucault (1976/2017) identifica a institucionalização da *scientia sexualis* : a busca das ciências positivistas pela “verdade sobre o sexo” e o processo de criação de diversas categorias médicas a partir das práticas sexuais individuais – um dos dispositivos específicos apontados por Foucault: a psiquiatrização do prazer perverso - e é neste cenário que surge o termo homossexual, sendo a relação entre duas pessoas do mesmo sexo denominada *homossexualismo* na qual o sufixo *ismo* aponta para o caráter patológico da relação – dada que a heterossexualidade mantém-se dita como destino natural e útil.

A categorização do indivíduo quanto homossexual está diretamente vinculada a sua noção de identidade que por sua vez está calcada em sua prática sexual, pois a homossexualidade – no caso aqui, o *homossexualismo* - não se resume somente ao seu desejo ou prazer sexual mas delimita toda sua subjetividade: características que determinam a pessoa, sua forma de ser e estar no mundo (Foucault, 1976/2017) pois ao partir de categorias de normalização, cunham-se categorias de sexualidade tidas como anormais, sexualidades dadas perversas e periféricas, a sua categorização e novas especificações dos indivíduos, agora não mais isolados em sua interdição judiciária mas tipificados, estudados e definidos exclusivamente por sua “natureza singular”, marcando nos corpos suas especificidades a qual não será possível escapar dado sua consubstancialidade e cujos “sintomas e comportamentos específicos” são “linhas de penetração infinitas”, que atribuem ao sujeito sua realidade, seu corpo e seu prazer:

Do tipo de poder que exerceu sobre o corpo e o sexo, um poder que, justamente não tem a forma da lei nem os efeitos da interdição: ao contrário, que procede mediante a redução das sexualidades singulares. [...] não a exclui (a sexualidade), mas a inclui no corpo à guisa de modo de especificação dos indivíduos. (Foucault, 1976/2017, p.53)

Configura-se assim uma matriz heteronormativa, na articulação de saberes e práticas, que se sustenta, segundo Miskolci (2012, p.47), em uma “ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente as normas de gênero”. Dado que as identidades de gênero e orientações sexuais são efeitos do poder, na qual há uma realidade discursiva anterior ao nascimento do sujeito, e que irá se adequar – ou subverter – a essas normativas colocadas, que possibilitam ou não a existências dos sujeitos, conforme será explorado mais a frente, a partir do conceito de performatividade de Butler (2000, p.11), que, ao pensar a categoria do “sexo” pontua:

. . . é, desde o início, normativa: ela é aquilo que Foucault chamou de "ideal regulatório". Nesse sentido, pois, o "sexo" não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir — demarcar, fazer, circular, diferenciar — os corpos que ela controla.

Assim, as identidades de sexo e de gênero são efeitos de uma norma que as regulamenta, prescreve e define. Possibilitando a problematização de discursos hegemônicos ocidentais, a autora apresenta o conceito de performatividade, forma de afastar-se da noção de identidade, encontrando no construcionismo radical os fundamentos para sua teoria e situa a identidade no campo do fazer, não do ser, desloca sua epistemologia para a teoria da ação, e afasta-se da tradição filosófica fenomenológica que marcou a segunda onda do movimento feminista, adquirindo os contornos de “uma investigação genealógica do sujeito supõe que sexo e gênero são efeitos - e não causas - de instituições, discursos e práticas.” (Salih, 2012, p.21).

A saída de Butler (1990/2015) para tal problema está na recolocação do corpo na cena da ação e do afastamento radical da ideia essencialista de um sujeito pré-discursivo. Dessa forma, “os sujeitos se constituem e se reconstituem ao ser interpelados e ao enfrentar estruturas de poder, que são sexuadas e ‘generificadas’.” (Prado, 2016, p.16). Assim, a linguagem passa a ser compreendida quanto materialidade, e a existência dos sujeitos dependente da interpelação - na possibilidade de ser reconhecido. Conforme Butler (1997 citada por Melo & Rocha, 2015, p. 106):

Fazemos coisas com palavras, produzimos efeitos com a linguagem e fazemos coisas à linguagem, mas também a linguagem é aquilo que fazemos. Linguagem é o nome do que fazemos: ao mesmo tempo ‘aquilo’ que fazemos (nome de uma ação que levamos a cabo de forma específica) e aquilo que efetuamos, o ato e suas consequências.

Essa re colocação da linguagem permite que o sujeito butleriano passe a existir no momento em que seu corpo é visto e anunciado, o corpo como espaço a ser reconhecido e constitutivo na ação. A partir da teoria dos atos de fala de J. L. Austin (1962) e a leitura de Jacques Derrida (1967), Butler apresenta, em *Problemas de Gênero* o seu conceito de performatividade:

Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. (Butler, 1990/2015, p. 194)

Ainda que na obra, Butler (1990/2015) faça sua proposição da performatividade para pensar o gênero, o conceito pode ser estendido para diferentes aspectos da constituição subjetiva. Assim, o sujeito forja identidades no fazer através da repetição dos “atos, gestos e atuações”, mas que não são um mero repetir, mas um repetir que é elaborado e transformado na relação social, colocando a identidade como processo, e não mais essência fundante – retira o gênero da causalística atemporal e recoloca-o quanto efeito de uma produção histórica, constituído no fazer-se a partir de atos, gestos, comportamentos e representações (Butler, 2015). Dessa forma, a repetição dos atos compartilha significações sociais marcadas em um tempo histórico para que sejam passíveis tanto de inteligibilidade, quanto de subversão. O corpo aqui não é mais mero receptáculo de significação cultural, mas “a própria materialidade que coloca tudo em movimento” (Raquel, 2016, p.124) e que se faz passível de inteligibilidade através da conformidade a uma matriz reguladora e da repetição e que, segundo Butler (1990/2015, p.22)

... performatividade não é um ato singular, mas uma repetição e um ritual, que realiza seus efeitos através da sua naturalização no contexto no qual o corpo é compreendido, em parte, como culturalmente sustentado na duração temporal.

A repetição dos atos e gestos, na composição da identidade – aqui expandido para além do gênero – é fundamental pois esta estabelece as relações de poder quando garante a inteligibilidade dentro de uma determinada sociedade, mas também é a garantia da subversão, pois ao identificar tais relações, possibilita-se questionar os binarismos problemáticos usuais das sociedades ocidentais – homem/mulher, homo/hétero - e em especial para esse trabalho, o rompimento com as atribuições identitárias concebidas como fundacionais e essencialistas, pois estas não são mais naturais ou culturais, mas sim processuais, a partir da constituição subjetiva via performatividade. Assim:

... performatividade não é, portanto, um ato singular, pois ela é sempre uma reiteração de uma norma ou um conjunto de normas, e na medida em que adquire um status de semelhante ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções da qual é uma repetição. (Butler, 2000, p.121)

Se, a performatividade reitera uma norma ou um conjunto de normas, e se, conforme apontado por Raquel (2016) a ordem social hegemônica é marcadamente heteronormativa, escancara-se a denúncia e a potência política da obra de Judith Butler: A construção das subjetividades se dá a partir da repetição dos atos inteligíveis ou não e aqueles que destoam dos discursos vigentes, encontram-se no plano da abjeção, das vidas que não são dignas de serem vividas pois que não estão no discurso, que não são anunciadas e logo, que não são visíveis, não são materializadas pois estão localizadas discursivamente como anormais. Em entrevista concebida à Prins & Meijer e publicada no Brasil pela revista *Estudos Feministas*, Butler (2002, p.163) pontua que: “ninguém pode sobreviver sem, de alguma forma, ser carregado pelo discurso. Então, não quero afirmar que haja uma construção discursiva de um

lado e um corpo vivido de outro”. Logo, se o discurso vivido é o do homem heterossexual e jovem, então quem serão e quais são as construções discursivas dessas mulheres lésbicas cuja possibilidade de vivenciar suas afetividades só fora possível na idade adulta? Esse processo de exclusão discursiva é nomeado por Butler (2000) por abjeção, processo no qual a humanidade do ser é questionada e sua vida não é considerada uma vida, sendo a produção do abjeto uma materialização diferenciada do humano, entendida como não importante pois:

Se a materialidade do sexo é demarcada no discurso, então esta demarcação produzirá um domínio do "sexo" excluído e deslegitimado. Portanto, será igualmente importante pensar sobre como e para quê finalidade alguns corpos são construídos como normais enquanto outros como desviantes, e, além disso, perguntar, depois, como os corpos que fracassam em se materializar fornecem o "exterior" — quando não o apoio — necessário, para os corpos que, ao materializar a norma, qualificam-se como corpos que pesam. (Butler, 2000, pp. 123-124)

Assim, a materialidade do sexo é constituída e amparada sobre um imperativo heterossexual, que constituí uma matriz excludente visto que, nega algumas identificações e permite outras, as que estão em ressonância com as normas regulatórias do regime da heterossexualidade. Portanto, todo o regime de ‘assunção’ de um sexo ou de uma sexualidade, não está na ordem de uma liberdade de escolha de um sujeito reflexivo que desperta para si, mas “é imposta por um aparato regulatório de heterossexualidade, um aparato que reitera a si mesmo através da produção forçosa do ‘sexo’, então a ‘assunção’ do sexo é constrangida desde o início” (Butler, 2000, p.120). Deste modo, a agência está restrita as possibilidades permitidas dentro dessa matriz regulatória, em processos de apropriação e identificação compulsórios às normativas vigentes para a composição da identidade, que deixa de ser uma instância interna individual a ser desvelada e passa a ser entendida quanto processo compositivo:

Em que medida as práticas reguladoras de divisão e formação do gênero constituem identidade, coerência interna do sujeito e igualmente, o lugar de auto-identificação enquanto pessoa? Em que medida identidade é um ideal normativo, em vez de uma descrição da experiência? E como agem as práticas reguladoras que governam o gênero e também governam as noções culturalmente inteligíveis de identidade? Em outras palavras, a ‘coerência’ e a ‘continuidade’ da ‘pessoa’ não está estabelecida em termos lógicos ou analíticos, mas sim, socialmente instituídas e mantidas por suas normas de inteligibilidade. (Butler, 1990/2015, pp.16-17)

A autora se propõem a pensar a formação do sujeito reflexivo e sua relação com a responsabilidade a partir da exigência de relatar a si mesmo, em um processo de “assunção” das materialidades possíveis, conforme já apontado, assim “quando o ‘eu’ busca fazer um relato de si mesmo, pode começar consigo, mas descobrirá que esse ‘si mesmo’ já está implicado numa temporalidade social que excede suas próprias capacidade de narração” (Butler, 2015, p. 18). Por tanto, a demanda por autoconhecimento e identidades pode ser vista também como uma violência ética contra os sujeitos, dado que não somos capazes de nos apreender completamente pois estamos submersos em inúmeras relações de poder que nos capturam e produzem as existências possíveis e a produção do sujeito, para a autora, parte do ato do reconhecimento através do outro:

O reconhecimento se torna o processo pelo qual eu me torno outro diferente do que eu fui e assim deixo de ser capaz de retornar ao que eu era. ... o eu é transformado pelo ato do reconhecimento ... o ato altera a organização do passado e seu significado ao mesmo tempo que transforma o presente de quem é reconhecido ... o encontro com o outro realiza uma transformação de si mesmo na qual não há retorno. (Butler, 2015, p.41)



Dessa forma, não se trata do conteúdo que é relatado ao que reconhece, mas a ação de falar sobre si, o modo que se relata e a repetição do falar na constituição do sujeito. Logo, a partir do pensamento de Butler (1990, 2000, 2002, 2015), não é possível pensar a “saída do armário” como a revelação de uma verdadeira natureza escondida ou da libertação de um eu autêntico, mas sim de construir cenas performatizadas que engendram as crenças sobre si, e assim, uma identidade sexual que é constantemente exigida. Tal análise permite refletir a necessidade de assunção de uma sexualidade que exige uma identidade lésbica caracterizada e caracterizante, que engendra o sujeito a partir das noções de verdade e falseamento de sua realidade, onde não necessariamente o assumir-se está compreendido como processo de subjetivação, em construir e reconstruir-se como sujeito, em tomar consciência de si quanto lésbica neste momento que lhe foi possível, mas na exigência violenta de identidade para o controle da vida e da reprodução.

## 4 LESBIANIDADES<sup>2</sup>

Percebe-se que Foucault (1976/2017) apresenta em *História da Sexualidade – Vol I* a trajetória de uma figura homossexual específica: do homem homossexual. Sua narrativa não pontua as especificidades da história da mulher lésbica dentro do dispositivo da sexualidade. Ainda que esteja correlacionada com a normalização dos papéis de gênero e da naturalização da heterossexualidade, a lesbiana traz suas demandas específicas, encontrando-se na dupla invisibilidade: da mulher e da lésbica. Tal invisibilidade aparece como um problema histórico, como nos mostra Toledo (2008) pois, além da falta de registros, a utilização de termos variados como tríbades, lesbianas, sodomitas, invertidas, safistas, entre outros dificulta a localização dos registros. Também ocorre a não especificidade do que está sendo nomeado com esses termos, não havendo a certeza de tratar-se exclusivamente do desejo afetivo e sexual entre mulheres. Outro fator importante apontado por Toledo (2008) é que a maior parte das informações foram registradas por homens ou partem de uma visão masculina a respeito das lesbianidades, e também podemos entender tal apontamento para história das mulheres em geral.

Ainda segundo Toledo (2008), é importante frisar que muitas mulheres foram retratadas como lesbianas na história pela rejeição do papel tido pela mulher – em regimes opressivos – em cada tempo histórico e por muitas vezes a mulher que diverge do papel social esperado, como já visto, é por vezes nomeada como lésbica; Outro ponto que a autora nos mostra é que o homoerotismo entre mulheres por vezes foi apagado na história e recolocado

---

<sup>2</sup> Optou-se pelo termo lesbianidade ao invés de lesbianismo pois, conforme Toledo (2008) e Lessa (2007), há uma parte do movimento lésbico brasileiro que pretende afastar-se do sufixo “ismo” pelo seu caráter patologizante. Porém, é preciso marcar que parte do movimento permanece a utilizar lesbianismo pois entende que o sufixo “ismo” também é utilizado para ideologias e sistemas políticos.

como relações de amizade e companheirismo, um apagamento da sexualização das relações entre mulheres.

Destaca-se ainda que a ideia de uma identidade lésbica está muito distante do entendimento, por exemplo, da primeira utilização da terminologia na França em 1842, pontuada logo abaixo. Como nos mostra Foucault (1976/2017) a partir de suas análises genealógicas, conceitos não são ahistóricos e imutáveis, mas estão em constante transformação, atravessados pelos acontecimentos e relações de poder, atendendo aos interesses dos múltiplos dispositivos vigentes em determinado momento. O autor francês percorre os caminhos na constituição do sujeito homossexual masculino e as mutações deste: De proposta estética grega, para pecado medieval, perversão sexual, doença e, atualmente, quanto identidade sexual e política. De acordo com Toledo (2010, p.11):

O termo lesbianidades é utilizado aqui para nomear processos de subjetivação relativos à orientação sexual e identidades política, sexual e de gênero de mulheres com relações/práticas homoeróticas que se auto-atribuem o nome lésbica ou similar (entendida, sapa, sapata, bolacha, sapatona, sapatão, *dyke*, *lady*, fancha, etc.) e sentem-se subjetivamente nesse “lugar” de diferença, de não-heterossexualidade, seja no desejo por, na prática com, ou no sentimento homoerótico por outra mulher, em todos esses âmbitos ou apenas um ou dois deles (...) É empregado no plural para referenciar todas as possibilidades de vivências das relações afetivosexuais de uma mulher com outra, já que não existe um modelo de ser lésbica ou de relação lésbica. Portanto, entende-se aqui como lésbica uma pessoa que se sente subjetivamente mulher e nesse “lugar” de desejos/sentimentos/práticas homoeróticas.

Ainda que os termos “lésbica” ou “lesbiana” reforcem uma determinada identidade marcada por um estereótipo, serão utilizados de forma instrumental nesse trabalho para sintetizar esse lugar subjetivo em que se apresentam as participantes dessa pesquisa e, a partir

de um conceito de identidade estereotipado apresentar outras formas de vivência – posteriores – de tal lugar.

A construção de um ideal de que a natureza humana perpassa o casal heterossexual homem/mulher permeia os estudos – pelo menos os iniciais – que buscam investigar as razões pelas quais algumas pessoas – os/as homossexuais – divergem de tal regra, dado que, “a heteronormatividade diz respeito ao sistema de organização da sociedade que pressupõe a heterossexualidade como normal e normativa diante de outras formas de vivência das sexualidades” (Toledo, 2010, p. 13). E as respostas são variadas desde a biologia e explicações genéticas até culturais e sociais como a má estruturação família e relações afetivo-sexuais insatisfatórias. Especificamente, as “explicações” acerca das lesbianidades perpassam a figura do homem: A frustração amorosa com um homem e suas variáveis: traição, violência física e/ou psicológica, abuso sexual, estupro; ou então atribui-se ao não interesse dos homens pela mulher que não está em conformidade com os padrões estéticos e comportamentais esperados por ela (Toledo, 2010). Logo, a experiência lésbica se vê reduzida ao homem e de acordo com Teresa de Lauretis (1987/1994, p. 128):

O gênero é um desses aparatos, cujo solo é a sexualidade e o corpo seu suporte, que reproduz e regula através deste, um poder específico e assimétrico entre mulher e homem, mesmo que outros poderes existam em concorrência. E isto não é um fato biológico, mas instituído pela heterossexualidade.

Sendo assim, ao analisar o regime de verdade de imposição dos binários e do sistema sexo/gênero/desejo no processo de assunção identitária, percebe-se que a enunciação de si não se trata de uma desvelação da suposta natureza humana – do sexo e da sexualidade - e da essência única, mas parte das diversas estratégias dentro do dispositivo da sexualidade para manutenção desta assimetria supracitada e conforme Navarro-Swain (2002, s/p):

A identidade contida na coerência sexo/gênero é portanto, assumida e não evidência. A sexualidade, as práticas sexuais, inseridas no universo das práticas sociais/discursivas, são constitutivas do sujeito sexuado e fazem assim, parte das tecnologias produtoras do sistema sexo/gênero, normatizando a heterossexualidade, como expressão paradigmática do ser. Afinal, na enunciação de identidades, ouvimos “eu sou uma mulher”, “eu sou um homem” ou “eu sou gay”, anunciando no sexo e na sexualidade uma essência do sujeito.

Para tanto, é importante apresentar o contexto nacional onde se dá a existência dessas mulheres, e o cenário é assustador e tem se agravado. Segundo o relatório *Mortes Violentas de LGBT no Brasil – 2017* divulgado no blog “*Quem a Homofobia matou hoje?*” realizado pelo GGB, associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil mais antiga e único banco de dados da homofobia e transfobia do Brasil (com exceção dos dados levantados pelo governo federal entre 2011 e 2013), apontou que aproximadamente a cada 19 horas um membro da população LGBT<sup>3</sup> é assassinado ou se suicida no Brasil, vítima de LGBTfobia, registrando um aumento de 343 mortes para 445, sendo destes 58 casos de suicídio. Estes dados colocam o Brasil como o país que mais atenta contra as minorias sexuais e chama a atenção o fato dos números crescerem exponencialmente com os anos, saindo de 130 homicídios em 2010 para 445 homicídios em 2017.

Os dados não são oficiais e foram levantados pela organização através de notícias divulgadas pela imprensa e informações pessoais compartilhadas ao grupo visto que o último relatório oficial divulgado pelo governo federal é o *Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013*, publicado em 2016 pela extinta Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. A extinção da Secretaria ocorreu em 2019 e escancara o descaso do governo federal vigente para com as

---

<sup>3</sup> Manteve-se a mesma utilização da sigla LGBT utilizada pelos autores do relatório citado, cujos resultados envolvem dados da população LGBT, não abarcando *queers* e mais orientações.

populações LGBTQ+ e o combate da homotransfobia através da conscientização acerca da diversidade sexual, criação e manutenção de políticas públicas voltadas para esta população e a criminalização da homotransfobia, cenário esse que parece ainda mais distante da realidade nacional. Das 445 vítimas de homotransfobia registradas em 2017, 43 eram lésbicas (9,7%) e, ainda segundo o relatório: “no caso das homossexuais femininas, tais crimes foram perpetrados muitas vezes por ex-companheiros ou familiares inconformados com a união homoafetiva” (GGB, 2018, p.5).

Corroborando e aprofundando os dados específicos sobre as mortes de mulheres lésbicas, em março de 2018, foi divulgado o *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017* de autoria do grupo de pesquisa Lesbocídio – As histórias que ninguém conta, uma iniciativa do Núcleo de Inclusão Social (NIS) e do Nós: dissidências feministas, projeto criado em 2008 e vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O dossiê apresenta dados específicos dos casos de lesbocídio e suicídio desta comunidade e chama atenção para a necessidade de tipificação e utilização de termos específicos aos crimes de ódio, buscando dar visibilidade ao extermínio de mulheres jovens e lésbicas, que vem crescendo no Brasil dia após dia. De acordo com Peres, Soares e Dias (2018, p.19):

O termo lesbocídio, dentre outras motivações, é proposto por este Dossiê como forma de advertir contra a negligência e o preconceito da sociedade brasileira para com a condição lésbica, em seus diversos âmbitos, e as consequências, muitas irremediáveis, advindas do preconceito em especial a morte das lésbicas por motivações de preconceito contra elas, ou seja, a lesbofobia. Assim, definimos lesbocídio como morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica.

O levantamento é pioneiro e apresenta lacunas visto que a maioria das mortes são tipificadas como crimes passionais, feminicídio ou assassinatos vinculados a crimes,

descaracterizando o motivador fundamental: lesbofobia. Além disto, os dados são levantados via monitoramento de redes sociais, jornais eletrônicos, sites de notícias e outros meios de comunicação que vinculem notícias criminais de cunho nacional, regional ou local, através da busca de palavras-chaves como lésbicas, lésbicas assassinadas, mulher homossexual assassinada, entre outros. É importante marcar que esta busca tem suas restrições, apontadas pelo próprio Dossiê, visto que, primeiramente, as mídias selecionam os casos divulgados a partir de parâmetros próprios, voltados para a rentabilidade das notícias, impossibilitando a visibilidade de diversos acontecimentos considerados impopulares ou não-rentáveis como mulheres pobres, negras, indígenas, entre outros grupos minoritários; Além disto, como já supracitado, a não institucionalização dos registros e notificação de mortes e tipificação das modalidades de violência e o despreparo dos agentes para o reconhecimento destas e superação dos preconceitos, dificultam as possibilidades de alcançar os números reais no Brasil.

Apesar destes limitadores, os dados levantados e apresentados no Dossiê trazem números preocupantes: Os números dos registros de lesbocídios crescem continuamente desde 2013 e o ano de 2017 alcançou o número recorde de 54 casos, registrando um crescimento de 80% em comparação com o ano de 2016 – 30 casos registrados. Outro dado importante a destacar é a faixa etária destas mulheres lésbicas: 34% tinham entre 20-24 anos de idade e 23% até os 19 anos, sendo assim, mais da metade dos casos envolvem a morte de mulheres lésbicas jovens. No caso dos assassinatos, 64% de todos os registros, independente da faixa etária, foram cometidos por pessoas conhecidas e com vínculos afetivos e/ou familiares – como pais, ex-companheiros e vizinhos e de todos os casos registrados de assassinatos de lésbicas entre 2014 e 2017, 83% foram cometidos por pessoas do sexo masculino. Estes dois dados alarmantes escancaram uma realidade patriarcal, machista e heteronormativa vigente no Brasil, na qual homens sentem-se no direito de gerir ou tirar a vida das mulheres, seja no caso

de um ex-companheiro que se sente frustrado e desvirilizado ao ser “trocado” por uma mulher – em uma postura falocêntrica e misógina – ou em familiares como pai e/ou irmãos que assumem a postura de administrador da família e detentor de direitos sobre as mulheres pertencentes a ela, gerindo suas vidas ou as retirando, em prol da manutenção da imagem pública e da estrutura heterossexual.

É importante destacar também o número de casos de suicídio destas mulheres que representam 58% dos dados registrados no Dossiê sobre lesbocídio no Brasil, totalizando 19 casos registrados em 2017. Desta forma, conforme Peres, Soares e Dias (2018, p.32):

Segundo o Código Penal, em seu art. 122 “Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça [...]” é crime. Neste sentido, o suicídio lésbico é interpretado aqui como um crime cometido pela comunidade como um todo contra a vida daquela lésbica que não teve acesso às condições mínimas necessárias para compreender o seu papel dentro da sociedade, justamente porque o papel das lésbicas dentro da sociedade precisa ser reconhecido e valorizado de forma a ocorrer uma mudança de pensamento com relação ao padrão esperado para as mulheres que não se encaixam em normas heterossexuais.

Dados como os apresentados pelo *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil* e o *Relatório Mortes Violentas de LGBT no Brasil – 2017* não só justificam pesquisas como esta, mas alarmam para a urgência de construir novas perspectivas sobre as questões de gênero e sexualidade no Brasil, ampliando não só a pesquisa científica e acadêmica sobre o assunto mas a disseminação destes dados em toda a sociedade civil, propondo a transformação de uma sociedade marcada pelo machismo e o patriarcado, através da educação, de políticas públicas inclusivas às populações LGBTQ+ e a tipificação e punição de crimes de ódio. A denúncia feita pelas pesquisadoras do *Dossiê* sobre a necessidade de pensar e falar sobre essa



população, o não-dizer, para além de uma permissividade a práticas violentas, é também uma forma complexa de violência que impossibilita a existência dos sujeitos.

Esse silenciamento, conforme será apresentado na sequência, é de longa data. Dado que essa pesquisa não objetiva traçar os caminhos percorridos pela terminologia “lésbica” através de um levantamento histórico<sup>4</sup> detalhado, apresentaremos aqui alguns destaques no decorrer da história ocidental relacionados a temática, a partir da dissertação de mestrado “Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior paulista” de Livia Gonsalves Toledo publicada em 2008, que fortaleceu não só o levantamento histórico dessa pesquisa, quanto com referências. Para atender aos propósitos da pesquisa, o foco histórico será na história do movimento lésbico brasileiro e suas relações com os demais movimentos de identidades sexuais.

#### 4.1 UM BREVE LEVANTAMENTO HISTÓRICO DAS LESBIANIDADES NO MUNDO

Podemos demarcar – na sociedade ocidental – a primeira utilização do termo “lésbica”, segundo Mott (1987), ocorre na França por volta do ano de 1842 e, posteriormente, na Inglaterra em 1870. No Brasil, temos o registro do termo lésbia em 1894 – como um sinônimo de invertida sexual – em registros do criminalista Viveiros de Castro. Ambos surgem como referência a antiga poetisa grega Safo, da Ilha de Lesbos, cujos poemas traziam seus sentimentos de amor e desejo por outras mulheres e que, como nos relata Navarro-Swain (2000), infelizmente, foram queimados<sup>5</sup> tanto pelo imperador Teodósio ao criminalizar a

---

<sup>4</sup> Para um levantamento histórico mais completo sobre lesbianidades, sugere-se consultar os seguintes autores: Butler, 1990; Caprio, 1960; Dover, 1994; Lago, 1978; Lardinois, 1995; Mott, 1987; Navarro-Swain, 2000; Pinafi, 2008; Rich, 1980.

<sup>5</sup> Ainda segundo Navarro-Swain (2000), é possível encontrar apenas um poema completo de Safo no livro *De la composition* de Denys d'Hallicarnasse.

homossexualidade, em 380 a.C., e posteriormente, com o início do cristianismo no Ocidente. A queima dos poemas de Safo é simbólica: o amor entre mulheres não poderia ser lembrado.

A referência a Ilha de Lesbos e Safo é recorrente quando da temática das lesbianidades e também conhecida pelo senso comum e, segundo Torrão Filho (2000) a relação das discípulas de Safo ganha destaque por divergir da cultura sexual comum na Grécia antiga em relação às mulheres, que eram tidas como não-cidadãs gregas, cuja função seria apenas a de procriação e servir ao prazer dos homens. Logo, as práticas afetivo-sexuais relatadas por Safo destoam da ética e das vivências comuns aos gregos e gregas e, por isso, tornaram-se referência. Toledo (2008) traz ainda um breve relato sobre as Amazonas que, ainda que apareçam como referência popular de vivências homoafetivas entre mulheres parecem não ter experienciado tal vivência, dado que suas relações sexuais eram com homens e visavam somente a procriação de novas guerreiras.

A partir do ingresso na Idade Média e o advento do cristianismo, a procriação passa a permear a cultura sexual, sendo que toda prática sexual cujo fim não fosse a reprodução classifica como pecado e desperdício de energia e cunha-se a ideia de sodomia – denominação para relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo, em especial, a penetração anal entre homens, mas, a relação entre mulheres também era considerada como uma “inversão” da ordem “natural” – para reprodução. Conforme Torrão Filho (2000, p. 96):

A homossexualidade foi criticada por muitos cristãos por ser considerada uma prática voltada unicamente ao prazer e inseparavelmente ligada a uma atividade condenável que era a prostituição masculina; esta, além de tudo, estava ligada aos cultos pagãos, dos quais o cristianismo precisava diferenciar-se nos seus primórdios.

Temos durante esse período a primeira penalização com pena de morte para homens que praticassem sodomia pelo imperador Constantino e, segundo Toledo (2008), a sodomia entre mulheres sendo penalizada em 287 d.C. por Dióclético. Ambas práticas persistiram

penalizadas na maioria dos códigos civis dos países europeus ocidentais até meados do século XVIII, e em alguns países permanece até hoje. Torrão Filho (2000) assinala que os conventos se tornaram espaços de proteção de muitas mulheres para evitarem o destino matrimônio heterossexual e a maternidade e, conforme Toledo (2008, p. 56): “A maior prova dessas relações afetivo-sexuais nos conventos era a quantidade de literatura sobre a temática da sodomia conservada, bem como as cartas de amor trocadas entre mulheres”. A autora ainda aponta que o ressurgimento das cidades no século XII e a alta mortalidade da época pelas epidemias foi atribuído como “ira divina” pela Igreja Católica e associado diretamente às práticas de sodomia, fortalecendo a moralidade cristã e implicou no surgimento da Santa Inquisição na qual as relações entre pessoas do mesmo sexo foram caracterizadas como pecado gravíssimo, punidas com tortura e morte. A Renascença, ainda que caracterizada pelo Humanismo, não alterou muito o quadro das mulheres: Relegadas ao matrimônio e a maternidade, confinadas ao ambiente doméstico, o que dificultava as relações exclusivas entre mulheres, seja de cunho erótico ou afetivo.

Aqui é importante frisar, como nos mostra Gimeno Reinoso (2005), que tanto na Idade Média, quanto na Renascença, as práticas sexuais entre mulheres são punidas com menos severidade não por uma maior aceitação por parte da Igreja e da sociedade, mas porque o prazer feminino não existia. O desconhecimento sobre o corpo feminino e práticas sexuais que não envolvessem penetração e ejaculação impediu que muitas mulheres fossem torturadas ou condenadas por sodomia feminina, porém mulheres que eram denominadas masculinas eram associadas às práticas de bruxaria e foram perseguidas e executadas. Conforme Toledo (2008, p.58):

Acreditava-se, assim como nos períodos anteriores, que para que ocorresse o prazer sexual feminino era necessária a presença de um pênis, sendo inimaginável,

para a maior parte dos homens, o prazer sexual entre mulheres e mesmo o prazer na masturbação feminina.

Com a Revolução Francesa e o início da era Contemporânea, o controle da sexualidade vai deixando de ser prática da Igreja e começa a ser assumido pelo Estado e as “polícias dos costumes” pois, ainda que a Santa Inquisição chegasse ao fim os valores burgueses repousavam sobre a moral e bons costumes cristãos. Em 1862, o magistrado alemão Karl Heinrich Ulrichs apresenta a primeira teoria científica sobre relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo: Cunhou o termo *Urnide* para a mulher que amava mulheres e *Dionäer* para o homem com impulso amoroso feminino. Em 1869, Karl Maria Kertbeny utiliza o termo “homossexual” pela primeira vez em manifestos clandestinos contra o código penal prussiano que condenava a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo, conforme relatado por Toledo (2008). O termo adquire conotação patológica ao ser empregado em 1887 pelo sexólogo Richard von Kraft-Ebing e, a partir de então, outros cientistas passam a utilizá-lo em seus estudos sobre o *homossexualismo*, sendo desenvolvidas diversas teorias por diferentes cientistas para explica-lo: doença congênita de inversão, hermafroditismo orgânico, mal congênito, entre outros e como aponta Toledo (2008, p. 63):

Diferentemente do que ocorria em períodos anteriores (quando a prática homossexual era considerada crime) agora, sendo tida como uma patologia, as “invertidas” começam a não ser mais tão ignoradas. Os médicos, preocupados com o casamento e o amor conjugal, passaram a se ocupar das sexualidades femininas.

Logo, a medicina passa a buscar conhecer a sexualidade feminina, ainda que a partir de um saber masculinizado e a lesbianidade é fortemente relacionada ao pecado e a degeneração moral, sendo frequentemente associada à promiscuidade e prostituição (Torrão Filho, 2000). Nesse processo da medicalização da sexualidade, a psicanálise aparece como um ponto de destaque, segundo Toledo (2010) a partir das formulações de Sigmund Freud (1905)

desloca-se o interesse dos atos sexuais para a constituição sexual, assim, não são mais sobre as práticas homoeróticas mas sobre ser homo, hétero ou bissexual e, ainda que inovadora para a época, as teorias freudianas repousam sobre o heterossexismo e tem a homossexualidade como um desvio, uma parada no desenvolvimento “normal” da heterossexualidade. A criação de duas formas de ser no mundo – a “normalidade” hétero e a “patologia” homo – permitiu o agrupamento e o desenvolvimento de uma cultura desviante, contra hegemônica e o aglutinamento das chamadas “minorias”, reconhecidas através da sexualidade que, não discorre mais sobre as práticas sexuais mas sobre a constituição identitária, como apontado por Foucault (1976/2017) e Butler (1990/2015).

É a partir de 1960 – com a chamada Revolução Sexual – e, em 1969, com a Revolução de Stonewall Inn que os valores tradicionalistas começam a ser contestados e o movimento LGBTQ+ se fortalece e passa a questionar valores morais dos papéis sociais e de gênero. O Stonewall Inn era conhecido como um ponto de encontro da comunidade LGBTQ+ americana em Nova York e, na noite de 27 de junho de 1969, a polícia invade o bar e seus frequentadores a enfrentam durante três dias, alertando para a violência policial recorrente que ali acontecia. A data segue como marco e se tornou o que conhecemos hoje como a Parada do Orgulho LGBTQ+, manifestação que ocorre no mundo todo para reconhecer a existência da comunidade e reivindicar seus direitos e escancarar as múltiplas opressões sofridas, sendo que através da organização do movimento e das reivindicações a homossexualidade deixa de ser reconhecida como doença mental em 1989. Outro fator importante nos avanços sociais e no fortalecimento do movimento LGBTQ+ foi a popularização da AIDS, durante a década de 1980, que trouxe à tona discussões a respeito da comunidade que, até então era silenciada, além de trazer novas perspectivas e debates sobre a sexualidade como um todo. O fortalecimento da segunda onda do feminismo, alinhado às produções particulares acerca do lesbianismo – como a norte-americana Adrienne Rich e a francesa Monique Wittig –

contribuem não só para as teorias de um feminismo lésbico mas também na constituição de uma agenda política e uma identidade para o movimento lésbico (Almeida e Heilborn, 2008).

#### 4.2 UM BREVE<sup>6</sup> LEVANTAMENTO HISTÓRICO DAS LESBIANIDADES NO BRASIL

Como já apontado, para essa pesquisa parece relevante apontar a organização e movimentação do movimento lésbico brasileiro a partir da década de 1960 pois, como visto anteriormente, a constituição de uma comunidade LGBTQ+ reconhecível pode ser demarcada a partir da Revolução de Stonewall Inn nos Estados Unidos e Europa. No Brasil, a organização de grupos contra a ditadura militar e a favor dos direitos humanos que impulsiona a criação dos primeiros grupos homossexuais, e de acordo com Torrão Filho (2000), é a partir de 1970, tendo destaque o lançamento do primeiro jornal gay o *Lampião* em 1978, publicado até julho de 1981 e também surge o grupo *Somos* – porém ambos não contam com a presença ativa de lésbicas em suas constituições, sendo em 1979 constituído como um subgrupo do *Somos*, o GALF – Grupo Ação Lésbicas Feministas.

Em 1980 surge o GGB que atua até hoje na denúncia e na visibilidade do movimento e, a partir dele, o lançamento em 1987 do livro *Lesbianismo no Brasil* de Luis Mott e que, segundo ele, a criação de um subgrupo específico sobre a lesbianidade foi necessária a partir do momento que as mulheres lésbicas perceberam a necessidade de tratar de opressões que eram específicas pela sua dupla condição mulher e lésbica, apoiando-se no movimento feminista para suas reflexões e ações, além de apontar para o preconceito e misoginia que acontecia dentro do movimento conjunto pelos homens participantes. Aponta Torrão Filho (2000, p. 280):

---

<sup>6</sup> Para um levantamento histórico mais completo da lesbianidades no Brasil, sugere-se: Mott (1987), Facchini (2005), Toledo (2010), Torrão Filho (2000)

Embora as mulheres tenham sido muito menos reprimidas do ponto de vista legal e policial, isso não pode ser confundido com aceitação e tolerância. Provavelmente trata-se mais de desconhecimento da sexualidade feminina, além de um certo desprezo dos homens, cuja sexualidade é tão marcada pela penetração [e por uma subjetividade tão marcada pela misoginia].

Canabarro (2013) chama atenção para o fato de que, até a 1ª Conferência Nacional GLBT em junho de 2008, a militância LGBTQ+ era nomeada apenas de movimento gay, e que é a partir dessa conferência que passa a abarcar as demais siglas, buscando dar maior visibilidade para as demais identidades sexuais e de gênero, que ainda buscam por maior destaque em suas lutas, como visto através da publicação do *Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil*, apresentado no capítulo 2 dessa pesquisa. Segundo Almeida e Heilborn (2008), a partir dos anos 80 e início dos anos 90, o movimento lésbico brasileiro esforça-se no reconhecimento como uma identidade política própria, não só dentro do movimento homossexual, mas também dentro do movimento feminista e a partir da segunda metade dos anos noventa, se multiplicam e fortalecem os grupos exclusivos de lésbicas com a criação de novas lideranças e principalmente organizações não-governamentais [ONGS], além de maior participação lésbica nos movimentos mistos.

A década de oitenta é marcante para o movimento lésbico nacional: No primeiro semestre de 1980, dissociando do grupo Somos, mulheres lésbicas organizam o Grupo Lésbico-Feminista [LF] porém o mesmo se desfaz em meados de 1981 por tensões internas e remanescentes deste fundam, no final do mesmo ano, o GALF que se estende ao longo dos anos oitenta e assume papel protagonista na luta pelos direitos humanos das lésbicas no Brasil, especialmente com a publicação do boletim *Chanacomchana* que teve 12 edições ao todo. De acordo com Martins (2019), o boletim buscava não só a visibilidade, mas a representatividade das lésbicas em território nacional, sendo seu objetivo “quebrar o muro de

preconceitos que envolve e isola as mulheres lésbicas, criando uma rede de contatos, informações e apoio tanto no Brasil quanto no exterior” (Chanacomchana, 1987 citado por Martins, 2019, p. 3), e contava com a participação ativa de suas assinantes que poderiam desde de sugerir pautas até escrever matérias para o boletim, propiciando uma rede de comunicação política e afetiva entre lésbicas, além de trazer debates feministas lésbicos nacionais e internacionais (Martins, 2019). Ao longo de sua existência, o GALF também possibilitou diferentes reuniões, encontros e debates com intelectuais e com os movimentos feministas e homossexuais, participou ativamente da retirada a homossexualidade como transtorno e desvio sexual da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde [CID] e esteve presente em encontros lésbicos internacionais, sendo um marco na história do movimento lésbico brasileiro, sendo encerrado em 1990. No mesmo ano, algumas de suas antigas integrantes fundam a Rede de Informação Um Outro Olhar, que foca seu trabalho na coleta e veiculação de informações acerca das lesbianidades, homossexualidades em geral, feminismo e cidadania. Além da Rede, a partir de 1990 surgem diferentes grupos lésbicos no Brasil como Afins, Coletivo de Feministas Lésbicas, Deusa Terra, Estação Mulher, entre outros (Martinho, 1994).

De acordo com Almeida (2010), é a partir dessa organização que o movimento lésbico passa a refletir e demandar questões específicas em uma constituição política que se aproxima mais do feminismo do que do movimento homossexual, mas também se afasta daquele ao questionar o estatuto heteronormativo não só da sociedade, como do próprio movimento feminista (Rich, 1980/2012). Assim, de acordo com Louro (2001, p.544):

No entanto, tensões e críticas internas já se faziam sentir. Para muitos (especialmente para os grupos negros, latinos e jovens), as campanhas políticas estavam marcadas pelos valores brancos e de classe média e adotavam, sem questionar, ideais convencionais, como o relacionamento comprometido e monogâmico; para algumas



lésbicas, o movimento repetia o privilegiamento masculino evidente na sociedade mais ampla, o que fazia com que suas reivindicações e experiências continuassem secundárias face às dos homens gays; para bissexuais, sadomasoquistas e transexuais essa política de identidade era excludente e mantinha sua condição marginalizada

Em meio a esse debate interno, o movimento LGBTQ+ enfrenta, no início dos anos oitenta, a epidemia de AIDS – o “câncer gay” – que volta a escancarar a homofobia e exclusão dos e das homossexuais tanto global quanto localmente mas que possibilita a articulação de redes de apoio, envolvendo pessoas fora da comunidade LGBTQ+ como parentes e amigos de soropositivos, e, conforme Louro (2001) traz no Brasil a discussão sobre a homossexualidade, retirando-a do “armário” do não-dito, como podemos ver na inclusão de políticas públicas de saúde e educação. A articulação de uma identidade lésbica decorrente desses movimentos se dá a partir de uma política afirmativa da identidade, na qual, agrupam-se os semelhantes em uma noção de estabilidade e normalização (Lira, Morais e Boris, 2016). Assim, no Brasil, o movimento lésbico encontra três grandes entidades: a Liga Brasileira de Lésbicas [LBL], a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos [ABGLT] e a Articulação Brasileira de Lésbicas [ABL] e que, conforme Almeida e Heilborn (2008, p.229):

. . .divergem por diferentes motivos: desde disputas de poder e de espaço de representação governamental entre lideranças, até desavenças quanto à demarcação de fronteiras identitárias. Há posições entre as francamente favoráveis à articulação com os *gays*, bissexuais e travestis – pela potencialização da ação política –, e as que consideram prejudicial ao reconhecimento público das demandas especificamente lésbicas tal articulação.

É sobre esse ponto das fronteiras identitárias e no questionamento da afirmação das identidades pela semelhança e não pela diferença que temos o surgimento, a partir da década

de oitenta, de concepções pós-estruturalista acerca da sexualidade e do gênero como a teoria *queer*. Nesta perspectiva, percebem-se os efeitos regulatórios que os agrupamentos por semelhantes podem criar, ainda que divergentes dos efeitos do sistema heteronormativo vigente, pois “ao afirmar uma dada posição-de-sujeito, supõe, necessariamente, o estabelecimento de seus contornos, seus limites, suas possibilidades e restrições” (Louro, 2001, p. 544). Dessa forma, a proposta da teoria *queer* reside exatamente na subversão das normatividades e no desvelar dos dispositivos produtores de tais normas regulatórias, como resume Louro (2001, p.548):

Para esse grupo, *queer* significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora.

Portanto, a proposta teórica e política pós-identitária do movimento *queer* reside não mais na afirmação de uma existência homo em contraposição a uma existência hétero mas na problematização dos binarismos (homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual) na organização das relações e na subjetivação dos sujeitos, partindo de uma mudança de perspectiva, na qual busca-se uma “análise da figura hetero/homossexual como um regime de poder/saber que molda a ordenação dos desejos, dos comportamentos e das instituições sociais, das relações sociais – numa palavra, a constituição do self e da sociedade (Louro, 2001, p. 549). É, portanto, a partir desse entendimento de uma subjetivação lésbica, e não mais de uma identidade lésbica, que se compreenderá as histórias de vida das mulheres que serão apresentadas e a análise dessas na sequência.

## 5 QUEM SÃO ELAS?

Foram três mulheres entrevistadas para esse trabalho: Clarice, Cecília e Ana, cada uma com sua história de vida e entendimento sobre o processo de assunção – aquele que construíram para si e, no momento da conversa, para esse trabalho. Além de manter o sigilo, a escolha dos nomes fictícios presta homenagem a três importantes autoras brasileiras, não só para a literatura nacional, mas também na vida da autora dessa dissertação: Clarice Lispector, Cecília Meireles e Ana Cristina César. Mulheres que pensaram sobre quem poderiam ser para além do que lhes foi dito: que criaram em si e para si outras mil possibilidades. Para diferenciar no corpo do texto, as falas das entrevistadas virão em itálico e, quando necessário, as falas da entrevistadora virão sublinhadas.

### 5.1 SOBRE CLARICE

*"E quando acordava? Quando acordava não sabia mais quem era. Só depois é que pensava com satisfação: sou datilógrafa e virgem, e gosto de coca-cola. Só então vestia-se de si mesma, passava o resto do dia representando com obediência o papel de ser." (Clarice Lispector, 1977/1995, p.43)*

A primeira entrevistada foi Clarice: Professora universitária, 58 anos, branca. Recebi seu contato através de um professor que ficou sabendo de minha pesquisa através de um colega de mestrado. Nossa primeira conversa foi via Whatsapp, apresentei a mim e a pesquisa e ela se mostrou interessada em participar, dizendo que “*seu processo de assumir começou lá atrás qdo (sic) tinha uns 30...*”. Nesse breve contato inicial conversamos um pouco a respeito

da invisibilidade da temática dentro da academia, pois seu campo de pesquisa na universidade são, também, os estudos de gênero e sexualidade relacionados à Pedagogia. Após a aprovação do comitê de ética, agendamos nosso encontro em sua casa, onde reside atualmente com sua companheira e a enteada. A entrevista teve duração média de 1h e correu de maneira tranquila e despojada, acompanhada de café. Sentamos a mesa, apresentei-lhe o TCLE e, com sua autorização, dei início a gravação pedindo-lhe que contasse um pouco sua trajetória, como tinha sido esse se assumir. Clarice aponta que a história que tem hoje “*já está montadinha*” e pontua que é “*difícil entender que que é assumir*”.

Clarice começa sua narrativa de sua adolescência, e quase não fala de sua infância. Segundo ela, percebeu-se diferente das demais meninas na adolescência, período que define como solitário e recorda de uma colega de escola que namorava outra menina – os comentários maldosos e o medo que sentia de também ser exposta, o medo do drama familiar. Encontrava alento e companhia nos “*livros proibidos né?! Eu ia pra literatura maldita, Adelaide Carraro, porque era aí que a gente encontrava o que dizia um pouco com todo o exagero da dramaturgia né, o que que era ser essa coisa que era meio maldição*”. Para Clarice, os livros e os estudos foram ferramentas importantes para lidar com o processo de assunção pois tornava mais “*racional*”.

Sua mãe aparece com um ponto marcante em seu processo de assumir: Quando jovem, evitava conversar sobre afetividade com ela para não ter que lidar com as perguntas sobre sua sexualidade – “*eu nunca menti... quando me perguntaram, eu respondi mas também quando jovem não fazia muita questão que me perguntassem não! (risos)*” – mas quando jovem, ao ter uma primeira conversa franca, fora hostilizada pela mãe, o que Clarice diz ter deixado “*uma marca*” ainda que, após os 40 anos, em uma nova conversa “*mais séria*” sobre foi possível estabelecer um momento de desculpas e aceitação de ambas. Para Clarice, a família seria o lugar de acolhimento e de aceitações incondicionais mas acaba sendo o primeiro lugar

onde se vivencia o preconceito. Para ela, encontrou esse espaço de acolhimento nos movimentos sociais e aos guetos - espaços de socialização exclusivos da comunidade LGBTQI+ como casas noturnas, bares, cafés, além de espaços virtuais como fóruns e comunidades. Marca que foi durante sua juventude, quando fazia faculdade em São Paulo, que pode se aproximar das militâncias feministas e lésbicas e que *“o grupo de pertencimento ajudou bastante . . . para ser menos dolorido”*.

Clarice compreende a assunção de sua lesbianidade como uma composição, um *“jogo com a identidade”* e um processo *“eterno”* pois nunca se encerra, cada novo encontro, cada nova pessoa em sua vida lhe demanda fazer essa apresentação de si quanto lésbica e que, com a idade, foi aprendendo a jogar, entender quais espaços lhe eram permitidos, quais pessoas poderiam e deveriam saber. Diz que aprendeu *“lamentavelmente”* a identificar os olhares hostis mas que talvez tenha *“aprendido a devolver também”* mas ainda que se defenda, se sente afetada por isso, o que inclui um certo receio nas demonstrações públicas de afeto como beijar sua companheira, o que atribui a uma *“marca da juventude”* e a exigência de ser discreta, *“uma marca das mais antigas”* e acredita que o jovem hoje tem muito mais possibilidade de experimentação. Para ela, o envelhecimento, as experiências vividas, trouxeram certa *“serenidade”* e que possui hoje um espaço de acolhimento e amorosidade em sua casa, espaço em que pode receber as pessoas que quer bem e a quem querem bem também. E encerra: *“Então acho que tudo isso que eu chamo, acho que de equilíbrio, tranquilidade, ah... de uma aposta de uma vida feliz! Que que dá pra viver agora, né? Nesse tempo que é o tempo que já vai... não sei se é o tempo do outono... primavera, verão, outono... é o tempo da serenidade que você quer mais equilíbrio, né, é o tempo... bonito também! De boas descobertas, né?”*.

## 5.2 SOBRE CECÍLIA

*“Pergunto-te onde se acha a minha vida. / Em que dia fui eu. /  
Que hora existiu formada de uma verdade minha bem possuída.  
/ Vão-se as minhas perguntas aos depósitos do nada”. (Cecília  
Mireles, 2011, p. 32)*

Minha segunda entrevistada foi Cecília, psicóloga, 43 anos, branca. Sua indicação surgiu através de um colega de mestrado e combinamos nossa entrevista via Facebook e ela sugeriu que eu fosse até sua casa, onde reside com seu único filho. Fazia frio naquela tarde e nossa conversa fluiu com muita naturalidade, na mesa de jantar, por aproximadamente 1h. Apresentei o TCLE e iniciei a gravação com a primeira questão norteadora, a qual Cecília me respondeu, entre risos: *“Por onde eu começo?”* e respondi: “Por onde você quiser!”.

Deu início a sua narrativa dizendo que *“sempre soube que tinha alguma coisa diferente comigo”* pois a mãe esperava ter uma bailarina e o pai um jogador de futebol e *“nasceu uma pessoa que não era nem uma coisa, nem outra”*. E que descobriu então, o que era, por volta dos 8 anos de idade: Seu pai chegou para o almoço muito irritado, era dono de uma loja de móveis e que estava atendendo duas mulheres que foram comprar uma cama e em certo momento, percebeu que eram um casal e se negou a terminar o atendimento, colocando as duas para fora da loja. Dizia para a esposa, que concordava, *“onde já se viu porque é, aqui em casa eu não aceito isso!”*. Cecília ouviu a palavra sapatão pela primeira vez nesse dia e *“foi uma coisa bem terrível, eu senti medo”*.

Na escola, conta ter tido muitos problemas disciplinares pois brigava muito por conta de seu *“estereótipo que era mais masculino”*, mas que, após seu primeiro beijo aos 12 anos, na adolescência, passou a namorar muitos meninos *“um atrás do outro e... numa tentativa de*

*afastar aquilo de mim*". Vivia em uma cidade pequena e lembra que as "sapatões" da cidade eram poucas e muito hostilizadas. Ainda na sua adolescência, Cecília passou a frequentar uma igreja evangélica e, aos 18 anos, ficou noiva de um rapaz, porém não se casou com ele pois, a cunhada do pastor da igreja se declarou para ela. Ali, Cecília diz que "ficou bem maluca", largou o emprego, terminou o noivado, saiu da igreja e foi para a casa de uma prima onde passou uns 10 dias. Quando retornou, sua mãe passou a pressioná-la pois sabia que havia algo errado e essa foi, para ela, sua primeira tentativa de se assumir e "falei: 'tá acontecendo que eu gosto de mulher, eu não gosto de homem' ". Sua mãe desmaiou na hora, teve uma síncope nervosa e, quando estava no hospital, Cecília teve que explicar para a irmã o que tinha acontecido e foi "aí foi a primeira vez que eu apanhei por causa disso! Apanhei da minha irmã, ai minha mãe quando ela voltou, quando ela saiu do hospital, teve alta, ela me bateu também".

Após essa tentativa, sua mãe a levou no ginecologista para saber o que tinha de errado com ela e "começou a fazer eu tomar anticoncepcional e ela falava pra mim que eu ia transar para virar mulher", além de levá-la a um psicólogo onde ela "ia muda e voltava calada". Cecília ainda era virgem e, quando começou sua vida sexual com homens, passou também a beber muito e fumar. Nesse período, aos 19 anos, começou a namorar uma menina e tentou fazer uma nova tentativa de assumir-se para a mãe que, além de agredi-la fisicamente novamente, tentou se matar. Aos 22 anos, Cecília engravidou de seu namorado e, por pressão da mãe e da irmã, se casou com o ex-marido, com quem ficou casada durante 17 anos.

Para ela, o casamento a "colocou completamente dentro do armário (...) eu me enterrei dentro do armário". Durante todo o casamento, abusou do álcool apesar de a convivência com o ex-marido ter sido tranquila: "ele era uma cara gente boa, assim, dava pra eu viver o resto da minha vida com ele, escondida dentro do armário, porque era um sofrimento assim, um sofrimento meu! Meu! Comigo! Né? (...) a gente até tinha bastante

*coisa em comum, gostava de filme, gostava de jogo, de jogos, gostava de livro e tinha um filho*". Durante o casamento, Cecília chegou a fazer as malas de madrugada algumas vezes, mas não pode ir: Seu pai havia abandonado a família quando tinha 10 anos e não poderia fazer o mesmo com seu filho G.

Foi após seu filho, aos 15 anos, contar para ela que ele era gay que Cecília resolveu encerrar o casamento e se assumir: *"quando ele falou isso que ele era gay também eu pirei! Ai foi a segunda vez que eu pirei, ne? Ai eu falei poxa, ai eu pensei assim se eu ficar... (pausa) quieta, ele vai viver uma vida igual eu vivi, ele pode viver uma vida porque o formato da família ainda era o mesmo, ne? "*. Nesse momento, ouvimos um barulho no portão e Cecília diz que deve ser o filho chegando do trabalho. Pausei a gravação, ela nos apresentou e, assim que ele foi para seu quarto, retomamos a conversa. Conta ainda que o pai de G. tem *"uma cabeça muito fechada"* e que se mantivesse a situação, seu filho teria que viver *"no armário"* como ela. Depois de dois meses da conversa com G., Cecília o chamou para conversar, contou sobre sua história e *"falei eu sou gay e eu vou largar do seu pai"*. Teve o apoio do filho e combinou que, assim que se estabilizasse, voltaria para buscá-lo.

Ela então contou ao ex-marido que era lésbica e pediu o divórcio, e até o momento da entrevista, ela e G. não tinham contado a ele sobre o filho ser gay. O ex-marido tentou, por diversas vezes, persuadi-la a ficar com bens materiais e propôs que ela tivesse relações extraconjugais com mulheres, o que ela disse ser *"impossível"*. Três meses após essa conversa, o ex-marido disse então que iriam até a casa da mãe dela e contariam a situação. Segundo ela *"parecia aquela entrega de DNA do Ratinho! (risos) Ferveu!"*. Sua irmã ficou irritadíssima, e a mãe a agrediu fisicamente uma vez mais e tentou se suicidar uma vez mais, ficando internada por 11 dias. Quando saiu de casa, o ex-marido comprometeu-se a ajuda-la financeiramente desde que ela continuasse a fazer os serviços domésticos mas, seguindo os



conselhos da irmã, ele parou de contribuir, acreditando que assim ela voltaria para o casamento.

Aqui Cecília atribui a importância do curso de Psicologia, que tinha ingressado a pouco e dos amigos do curso para o processo de separação e das dificuldades de fazê-lo pois não tinha renda própria – sempre fora dona de casa – e nem apoio do restante da família. Foi morar com duas amigas da faculdade e passou a trabalhar em diferentes empregos – garçoneiro, faxineira, fazendo doces para vender entre as aulas. Conseguiu se formar e voltou para buscar o filho um ano depois do divórcio. Para ela, se assumir “*foi a maior conquista de sua vida*” pois além de poder viver sua sexualidade também possibilitou que o filho vivesse a dele. Também diz que durante os 17 anos de casada, elaborou para si diferentes “regras”: “*se eu saísse da minha casa, eu fosse num shopping eu nunca ia num banheiro! Eu evitava lugares onde eu pudesse estar sozinha com mulheres! Eu nunca, eu não tinha amizades com mulheres*”, também relata que ao longo desse período, tinha insônia, bebia, sua asma atacava sempre: “*depois que eu me assumi eu nunca mais fiz endoscopia, minha asma atacou raríssimas vezes! Durmo a noite toda!*”.

Após cinco anos da sua separação, Cecília diz que está conseguindo, aos poucos, reconstruir a relação com sua mãe, que visitou sua casa pela primeira vez, “*mas assim, para ela eu voltei pro armário, ela me pergunta se eu tenho algum namorado, às vezes ela quer falar de homens para mim*”. A relação com a irmã também está sendo reestabelecida mas diz que seu sobrinho, por exemplo, não fala com ela e a evita caso eles se encontrem. Na época da entrevista, Cecília trabalhava em um hospital psiquiátrico e encerra a entrevista contando um pouco de sua vivência: “*lá no hospital eu vejo muitos casos, muitas pessoas que... muitos homossexuais que eles enlouquecem, então, casos de suicídio eles chegam lá e para mim é muito triste, eu ver essas pessoas dessa maneira (...) eu me vejo muito neles que se eu não*

*tivesse tido o G. eu seria um deles, com certeza! Ou pelo álcool, ou pela droga, ou pela tentativa de suicídio, com certeza”.*

### 5.3 SOBRE ANA

*“Diálogo de surdos, não: amistoso no frio/ Atravanco na contramão. Suspiros no contrafluxo./ Te apresento a mulher mais discreta do mundo: essa que não tem nenhum segredo.”*  
(Ana Cristina César, 1982/2016, p.16)

O contato de Ana foi passado pelo mesmo professor que me indicou Clarice. Conversamos também por Whatsapp e combinamos de nos encontrar na cafeteria do centro em que Ana dá aulas, pois também é professora universitária. Encontrei-a numa mesa cercada por seus alunos, a quem dava últimas orientações e combinava encontros futuros. Assim que se afastaram, entreguei-lhe o TCLE, liguei meu gravador e demos início a nossa conversa que tinha um tom muito diferente, marcada por muitas risadas e piadas de sua parte e, como as demais, durou em média 1h. Ana tem 50 anos, é branca e reside atualmente com sua companheira e seus dois filhos adotivos.

Enquanto eu me preparava para iniciar, Ana começou a falar sobre ser privilegiada em estar dentro da Universidade, concursada, durante seu processo de assunção pois entende que em muitos outros lugares as pessoas correm o risco de serem demitidas por conta disso. Em meio a risadas, encerrou: *“Você não me perguntou mas eu falei”*. Pedi que ficasse à vontade, que nossa conversa não seguiria um roteiro fechado e que gostaria mesmo que falasse e contasse suas histórias. Ana diz não saber dizer se ela era sapatão antes ou *“o que que aconteceu que me moveu a não olhar para isso até os 40 anos”*, que ela pontua como sendo o momento em que se assumiu, quando conhece e se apaixona por sua companheira. Apesar de

até aquele momento ter se relacionado apenas com homens, diz que não se sente bissexual, mas sim que, naquele momento, se entende homossexual. Diz que sua vida sempre foi marcada por uma entrega completa às situações, *“esse espírito pra tudo que eu faço na vida do ‘vamo? Vamo!’”, sem ficar pensando muito ‘nossa o que vão pensar?’”*.

Ana diz que sua *“condição foi diferente”* pois não precisou lidar com a família de origem quando se assumiu – a mãe estava com Alzheimer e o pai já falecido – e que os demais parentes estão distantes e essa relação é diferente, não há a cobrança e o vínculo que ela entende haver com os pais mas que, ainda assim, houve acolhida das tias, tios, primas e primos quando ela apresentou sua companheira em uma viagem familiar. Relata que seus filhos foram *“comunicados”* do assunto pois não se tratava de um assunto deles: *“isso é uma escolha minha, tem a ver comigo e eu tô te contando porque a gente é uma família e é, vocês são as duas únicas pessoas a quem eu devo uma satisfação e não uma pergunta, né?”* Conta que em duas semanas, os filhos já estavam acostumados com a presença de sua companheira e que a casa passou a ser um espaço de acolhimento para os colegas das crianças que sofrem com o preconceito familiar: *“Quer que eu converso? Posso me... me disponho até a conversar mas traz para cá dois dias mas vai ter que resolver lá né?! Porque nós não vamos poder criar um abrigo para os colegas, não vai ser possível (risos)”*.

Outro ponto que Ana considera diferente em seu processo é a questão de sua autonomia financeira: Como ela pontua no início de nossa conversa, foi privilegiada de estar concursada em uma universidade pública quando começou seu relacionamento o que facilitou pois não teve que lidar com o medo de uma possível demissão, *“às vezes a pessoa tem muita vontade mas sabe que aquilo pode... causar problemas, não é nem um constrangimento que, não, problemas efetivos assim serei demitido por isso”*, ou de se submeter *“as regras da casa”* dos pais ou de um ex-companheiro, como foi o caso de Clarice e Cecília. Para ela, a militância também foi importante na facilitação do processo por duas razões: a militância

colaborou na construção disso que ela chama de uma “*personalidade escancarada*” pois “*quando você milita em alguma causa dificilmente você fica pensando muito porque senão você não vai mesmo*”; em segundo lugar, pois seu círculo de amizades e convivência perpassam a militância: “*agora quem são os meus amigos, né? São professores universitários e são... é o povo da cultura daqui! Que é um campo onde a homossexualidade é mais... é... naturalizada, né?* ”.

Para finalizar nossa conversa, Ana faz um pedido: “*Acho que nesse momento é importante para a viadagem e pras sapatômicas mas sobre tudo, e eu tô insistindo muito nisso, pra essa comunidade trans! De travestis e transexuais de que assim, as coisas mudaram para os outros, elas tão sentindo isso mas acho que nesse momento elas são as mais... segregadas, né!? Então fazer com que isso chegue, que não fique aí, na verdade é um pedido, que não fique aqui na academia, no campo ali da sua banca, do... mas trocar com as pessoas mesmo! Porque acho a academia extremamente elitista, estou aqui, faço parte dessa elite mas tenho um universo de críticas a isso que é a dificuldade que a gente tem de sair desse muro, ne, tudo que a gente pensa, tudo que a gente faz é aqui, né! Nessa bolha! De conforto, ne?* ”

## 6 CONVERSAS COM ELAS

Percebe-se que os processos de assunção dessas mulheres são complexos, marcados e peculiares: História marcada pela importância da comunidade LGBTQ+, ou o estigma e a violência de uma família conservadora até uma percepção mais fluida da sexualidade e do processo como um todo. Mas alguns elementos parecem comuns às três narrativas: a importância da família – tanto a de origem, quanto a construída por elas; a importância da autonomia financeira para vivenciar sua sexualidade de forma mais completa, o que leva aos espaços exclusivos – “guetos” e a comunidade LGBTQ+ - local em que se permite construir uma “família de amigos”, conceito muito comum dentro da comunidade pois, normalmente, as famílias de origens excluem, violentam ou silenciam as vivências *queer*. Aparece também a importância das militâncias: não só na luta pelos direitos fundamentais, mas na acolhida e na sensação de pertença.

Em minha análise, esses três eixos estão atravessados, de uma forma ou de outra, por violências diversas, sendo “Assumir-se: Violência de si e dos outros?” tanto um quarto eixo final de análise, quanto um atravessador dos demais apresentados: Seja uma violência para consigo mesmo – as cobranças de ter que ser verdadeira e autêntica consigo, de nomear-se, quanto violências advindas dos demais: discriminações no espaço de trabalho, agressões dentro e fora de casa. Através da análise que segue, compreende-se que a assunção de uma identidade sexual é violenta e efeito dos processos de normalização a partir de uma matriz heteronormativa que: 1) restringe o sujeito na construção de novas subjetividades a partir da experimentação de práticas, prazeres e afetividades desconhecidas; 2) demanda uma performance nova ao sujeito mas que não é inédita dentro da matriz: comportamentos, estéticas, padrões que não, necessariamente, são prazerosos e almejados mas que lhe são exigidos – nesse trabalho, a adequação de si a uma identidade lésbica.

A partir da fundamentação teórica exposta no capítulo 2, partimos da noção de um sujeito sócio-histórico constituído através de processos de subjetivação: os modos pelos quais nos tornamos sujeitos, desenvolvidos historicamente nas práticas de si, atravessados pelas relações de poder e saber em jogo naquele momento, e segundo Foucault (1978/2004, p.28):

Procurei mostrar como o próprio sujeito se constituía, nessa ou naquela forma determinada, como sujeito louco ou não, como sujeito delinquente ou não, através de um certo número de práticas, que eram os jogos de verdade, práticas de poder etc.

Dos muitos elementos individualizantes nesse processo de constituição de si, Foucault (1978/2004) identifica o dispositivo da sexualidade como um constitutivo obrigatório nisso que chamamos de identidade pois, como Butler (1990/2015) nos mostra, é a partir da matriz de inteligibilidade do sistema sexo-gênero-desejo – que é binária e heteronormativa – que passamos a nos entender como sujeitos.

A partir dessa concepção, exploraremos os eixos apresentados, buscando esboçar uma análise genealógica dos jogos de verdades e das práticas de poder implicados nas narrativas das mulheres e como, a partir destes, constituíram-se e apreenderam aquilo que se nomeia a assunção de uma orientação sexual dissidente. Longe da pretensão estabelecer uma verdade sobre a saída do armário, essa análise busca evidenciar as estratégias do dispositivo de sexualidade na manutenção de certos regimes de verdade que, como narrado pelas entrevistadas, podem gerar diversos conflitos e sofrimentos.

## 6.1 FAMÍLIA

Segundo Foucault (1976/2017), a família moderna e o dispositivo da sexualidade estão entrelaçados em um movimento duplo: a primeira abastece a segunda de informações e a segunda devolve com técnicas e teorias – verdades científicas – acerca da sexualidade infantil,

através de profissionais especializados para isso, como psicólogos, psiquiatras, pedagogos, sexólogos. Logo, a família passa a ser uma vigilante da sexualidade, acompanhada pelas orientações de um especialista externo. Aponta Foucault (1974/2004, p. 317):

No momento mesmo em que se encerra a família celular num espaço afetivo denso, investe-se essa família, em nome da doença, de uma racionalidade que a liga a uma tecnologia, a um poder e um saber médico externos. A nova família, a família substancial, a família afetiva e sexual é ao mesmo tempo uma família medicalizada.

Essa medicalização da sexualidade, conforme Foucault (1976/2017) propicia o surgimento da categoria e patologização do sujeito homossexual – como já discorrido no capítulo 2 – desviante “do modelo economicamente produtivo e biologicamente reprodutivo, a ser controlado pelo Estado e sua comparte, a família” (Toledo & Filho, 2013, p. 379). Logo, por muitas vezes, a instituição familiar acaba sendo o primeiro espaço de homofobia pois que uma de suas funções é assegurar a manutenção de tal modelo e pode ser entendida:

a homofobia pode ser entendida como todo um conjunto de práticas e discursos negativos a respeito do erotismo e performatividades de gênero (Butler, 2003) dissidentes da heteronormatividade (...) é movida por um sistema de prazer baseado em crenças e valores advindos da pretensa superioridade da heterossexualidade e suas regulações de gênero diante de outras formas de expressão do erotismo ou da identidade de gênero (...) Trata-se, portanto, de um dispositivo regulatório da sexualidade acionado por discursos e ações que vão desde a sutil invisibilização e segregação a formas violentas de opressão e dominação. (Toledo & Filho, 2013, p. 377)

Ana não nos traz esse aspecto em sua narrativa pois quando passa a se relacionar com uma mulher seu pai está falecido e sua mãe doente, porém as narrativas de Clarice e, especialmente a de Cecília, trazem a experiência da homofobia no ambiente familiar:

*Conversar com a mãe sempre é difícil né, especialmente quando você não tem a certeza de que ela vai te dar o apoio incondicional... que o que todo jovem, que todo mundo quer né? Eu te amo mesmo que... né? Com a minha mãe foi um pouco contrário, ela dizia: “Não, isto é um absurdo, eu não queria nunca ter uma filha assim, preferia ter uma filha morta”. (Clarice)*

*Falei: "Tá acontecendo que eu gosto de mulher, eu não gosto de homem", eu falei assim foi a mesma coisa que puxar um aparelho da tomada porque daí minha mãe desmaiou... na hora, ela desmaiou (...) Quando minha irmã chegou e ficou sabendo que que era, ela me bateu no hospital... aí foi a primeira vez que eu apanhei por causa disso! Apanhei da minha irmã, aí minha mãe quando ela voltou, quando ela saiu do hospital, teve alta, ela me bateu também (Cecília)*

A homofobia familiar se expressa de diferentes formas e magnitudes. De acordo com Toledo e Filho (2010), o modo como a família irá reagir a revelação de uma dissidência erótica está ligada profundamente as relações afetivas que já existiam antes desse momento, além do tipo de dissidência, levando em consideração o grau de visibilidade frente a comunidade – demais parentes, vizinhança, amigos da família. As expressões homofóbicas perpassam desde o reforço de estereótipos, “piadas”, exclusões discursivas e materiais, invisibilizações, evitação do assunto, exigências estéticas e comportamentais, agressões verbais, chegando até mesmo em violência física e morte – não são poucos os casos de assassinatos de filhos e filhas LGBTQ+ pelos pais ou parentes, além dos inúmeros casos de suicídios dentro da comunidade pela rejeição familiar - e “pode se tornar uma opressão dolorosa determinante na vida da pessoa gay” (Schulman, 2010, p. 70) como nos relata Clarice:



*Mas é uma marca que fica, né, uma marca muito forte na construção da identidade na reação das pessoas, né? É uma marca dolorida, marca é marca, você pode é... você não supera, você ressignifica, é como se fosse alguma coisa que cicatriza, mas ali sempre tem aquela marca... quando você olha, você, é... você lembra da dor, né?*  
(Clarice)

Segundo Toledo e Filho (2010), a condição mulher traz um agravante a situação e a utilização da noção de lesbofobia se faz necessária pois, conforme discorrido no capítulo 3, a figura da lésbica não só afronta a heteronormatividade como desafia a perpetuação da dominação masculina sobre os corpos femininos, pautada na família nuclear através da reprodução e do casamento:

*Aí minha mãe começou a fazer eu tomar anticoncepcional e ela falava para mim que eu ia transar para virar mulher... Eu era virgem. (...) Com 22 anos eu engravidei de um namorado que é o pai do meu filho. Ai eu engravidei dele aí elas (a mãe e a irmã) quiseram que eu casasse, queria de tudo, de todas as formas que eu casasse e ele também queria casar, aí eu falava pras duas né, eu falei claramente "Não posso casar! Eu não vou casar, não quero casar!" aí elas queriam que eu conhecesse ele, mas eu falava: "Mas eu já conheço, eu sei que ele é um cara gente boa, eu quero o filho mas eu não quero casar" porque eu sempre quis um filho mas eu não queria casar, eu não queria um marido ai foi indo, foi indo, foi indo até a hora que eu vi eu tava casada. (Cecília)*

A insistência da mãe e da irmã pelo casamento de Cecília não é aleatória pois ao casar-se, abandona qualquer tentativa de vivenciar sua homoafetividade e passa a se dedicar exclusivamente aos afazeres domésticos e familiares, que, como pontua Rich (1980/2012) fazem parte das instituições voltadas ao controle da mulher na manutenção do sistema

heterossexista e androcêntrico: A heterossexualidade compulsória, a maternidade, a família nuclear e a exploração econômica<sup>7</sup>.

*A mulher que você viu aqui hoje é completamente diferente da mulher que, que vivia, que viveu esse casamento porque o casamento é... ele me colocou completamente dentro do armário. Antes eu ficava teimando para sair do armário, lutando né? Mas... a partir do momento que eu casei, eu me enterrei dentro do armário. (...) Ele (o ex-marido) o "machão jurubeba" e eu era a Amélia, eu era muito Amélia, eu era dona de casa, tinha o cabelo na cintura... passava, lavava, cozinhava, nunca tive empregada e ainda trabalhava fora, apesar que eu fiquei 11 anos sem trabalhar fora. (Cecília)*

Assim a adequação a norma garante a Cecília – ainda que penosamente, como a mesma relata pelo abuso de álcool – novamente a sensação de pertença e reconhecimento dentro da família. Como pontua Teixeira e Filho (2010, p. 382): “Nossa dependência literal, quando crianças, demanda uma estreita adesão às regras implícitas do nosso sistema familiar, desenvolvendo em nós o potencial para sermos féis às regras da família e guardar segredos que garantam seu funcionamento”. Nesse sentido, “o enterro dentro do armário” de Cecília é a forma que encontra para manter a família de origem funcionando, mas para poder construir a família para seu filho que, futuramente, se apresenta como um dos fatores fundamentais para que Cecília possa romper com o casamento, juntamente com a faculdade. Nesse sentido, a lesbofobia familiar vivida por ela reflete no desejo de que seu filho – ao revelar-se gay - não tenha que passar pela mesma experiência que vivenciou.

*(...) ele falou isso que ele era gay também eu pirei! Aí foi a segunda vez que eu pirei, né? Aí eu falei poxa, aí eu pensei assim se eu ficar... (pausa) quieta, ele vai viver uma vida igual eu vivi, ele pode viver uma vida porque o formato da família ainda era o mesmo, né? E o pai dele tinha uma cabeça muito fechada para isso, então eu pensava,*

---

<sup>7</sup> Ver mais em Rich, 1980

*ele vai... ele vai viver no armário igual eu! Ai dois meses depois eu chamei ele e contei de mim, contei para o meu filho de mim, falei: “ Eu sou gay e eu vou largar do seu pai! ” (Cecília)*

De acordo com Schulman (2010), a homofobia dentro do espaço familiar ganha força pois, geralmente, a pessoa homoeroticamente orientada está sozinha, não tendo outra que se identifica com ela, tornando-se o “bode expiatório” ideal para os problemas e rancores da família, além do caráter privado do ambiente doméstico, que garante que não haja interferências externas nas relações familiares, avalizando um espaço de homofobia fechado em si mesmo. Logo, quando se assumem um para o outro, Cecília passa a ser esse semelhante e vice-versa, propiciando não só esse movimento mútuo de identificação subjetiva, mas também um espaço de acolhida e proteção.

Nesse movimento, percebe-se que as entrevistadas propiciam às suas famílias constitutivas – filhos e filhas – um ambiente de acolhimento e segurança que se estende também para os amigos, que encontram em suas casas espaços de proteção e afeto. Essa constituição é trazida também na fala de Ana, ainda que não tenha experienciado a homofobia dentro de seu ambiente familiar.

*Porque eu chego aqui, eu tenho acolhimento da... dessa composição do afeto, né, dessa família que eu falei que é como é, é ninho. Nós temos uma filha, é filha da (companheira), não é filha minha, mas eu sou mãe também dela, né? E com ela é supertranquilo, a gente conversa, nunca teve segredos e ensinamos também que ela seria alvo de preconceito quando tivesse o preconceito conversasse com a gente, então é muito tranquilo! (Clarice)*

*A minha filha transforma a minha casa depois no lugar onde os amigos... o viado, a bichinha poc-poc da escola pública pão com ovo, a sapatão que a família não aceita,*

*para onde eles iam? Todos na minha casa! Era um festival de viado e sapatão! (risos)*  
*Que é legal porque eles entenderam que essas pessoas são acolhidas, né, são acolhidas na sua naturalidade! (Ana)*

A homoparentalidade reconfigura e desafia o ideal regulatório da família heterocentrada e nuclear-monogâmica, desconstruindo sua pretensa naturalidade e abre caminhos para a experimentação de outras afetividades, como a acolhida de membros não-consanguíneos, na composição de formas múltiplas de família: a dos amigos. Esse tema será melhor explorado no ponto 5.3 dessa análise, ao discorrermos sobre a comunidade e militância LGBTQ+. Assim, como colocado por Teixeira e Filho (2010, p. 388): “(apontamos) a família como um importante alvo de ação de políticas públicas que visem à defesa dos direitos civis de pessoas dissidentes da heteronormatividade, bem como a minimização das vulnerabilidades dessa população a todo tipo de violência e discriminação.” Através das narrativas, vemos que as dissidências homoeróticas podem ser espaços para a construção de novas relações e saberes sobre a família e a afetividade.

## 6.2 AUTONOMIA FINANCEIRA E TRABALHO

Em um movimento muito similar da passagem da adolescência para a adultez, as participantes dessa pesquisa atribuem à conquista da autonomia financeira através do estabelecimento profissional como fundamental para a possibilidade de se assumir. Tal comparação parece pertinente, como pontua Singly (2002, p.18): “A independência, e principalmente a independência econômica, é a maneira pela qual o indivíduo pode, graças aos seus recursos pessoais retirados diretamente de sua atividade, depender menos dos próximos”. Segundo a autora, a completude de uma identidade pessoal só pode ser elaborada quando o jovem adulto conjuga a autonomia - o conhecimento de seu mundo através de regras pessoais e sociais – e a independência, que geram “o sentimento de estar livre, pelo menos na

sua vida privada” (Sigly, 2002, p.19). Esse duplo dependência financeira/armário aparece nos relatos das três, como nos trechos destacados:

*(...) então era uma coisa (assumir-se durante o período escolar) que, que dava um certo receio, sabe? Ah, a família vai saber, vão te chamar, vão chamar a mãe, o pai, aquela ideia do escândalo familiar... na idade adulta isso... isso se transforma muito ligado como eu te disse com a autonomia financeira, né? Que você tem os recursos né, o capital cultural, uma série de coisas que vão te ajudando... (Clarice)*

*Se o meu departamento ou os meus colegas de centro gostam ou não gostam, não interfere na minha sobrevivência, do ponto de vista econômico, que é importante, né, sem trabalho, você não tem grana, sem grana você não vive... né? (Ana)*

Nota-se que a possibilidade de realizar a assunção da orientação sexual tem, necessariamente, que passar pelo crivo econômico-financeiro e tal relação parece intimamente ligado com um determinado modo de vida neoliberal na qual, para além de um emprego ou fonte de renda, a autonomia de si está implicada com a construção de uma subjetividade empreendedora de si e de alta performance profissional. É importante destacar qual a posição social e econômica de onde falam as narradoras participantes: Mulheres que tiveram condições de acesso à educação superior, profissionalizadas, com acesso ao capital econômico e social. Muito provavelmente, se pudéssemos comparar com outros estratos populacionais – mulheres vindas da periferia social e econômica, a análise dos processos de assunção possivelmente se colocaria de outras formas, e neste sentido, a assunção não é apenas de uma orientação sexual e afetiva, mas de uma orientação sexual e afetiva suportada financeiramente. Isto tem implicações nas relações familiares, na escolha da profissão (ou na não escolha), nas condições de emprego a que se tem acesso – iniciativa privada ou funcionalismo público – que envolvem a manutenção do emprego e a garantia de sua

constância e ininterruptabilidade: a condição assalariada e o risco do desemprego são fatores que vão interagir com o manuseio de uma identidade sexual no ambiente de trabalho.

Na história de Clarice, é através do seu estabelecimento profissional, econômico e cultural que encontra o respaldo necessário para estabelecer, por volta dos 40 anos, uma nova conversa com a mãe – já concursada, em sua residência própria, sem depender mais dela para subsistência. Também concursada, Ana aponta que a estabilidade do cargo público possibilitou um processo de assunção mais “tranquilo” pois, diferentemente da iniciativa privada, não havia risco da perda do emprego – fato derivado da homofobia no ambiente profissional:

*(...) não necessariamente o cara que tá no armário ou a mulher que tá no armário, pode ser da personalidade da pessoa, isso pode ser uma forma de preservar sua própria vida no sentido por exemplo que passe pelo emprego, ne, acho que essa receita do "ai, tem que se assumir, viado!", calma lá! Você não sabe o que que isso determina, é, você... é tão difícil você falar da vontade do outro, ne, às vezes a pessoa tem muita vontade mas sabe que aquilo pode... causar problemas, não é nem um constrangimento que, não, problemas efetivos assim serei demitido por isso. (Ana)*

Quanto a discriminação nos ambientes profissionais, Clarice relata sua primeira experiência de emprego, aos 19 anos, em que a diretora da empresa a chama para uma conversa e a ameaça: “*tome muito cuidado com as coisas que você faz!*” Ela conta não entender o porquê, naquela época, mas hoje compreende que a homofobia não só marcou essa experiência em particular, mas é um fator recorrente nas relações profissionais. Cria-se um certo moto-contínuo na relação assunção/trabalho: Por um lado, a empregabilidade e o acesso a estabilidade financeira são, como já apontadas, fundamentais na assunção de uma identidade sexual; por outro, a assunção dessa é também um fator de risco para a empregabilidade. Logo,

gera um ciclo político de constante insegurança para a subjetividade lésbica conquistada mas que deve ser estrategicamente defendida e mantida.

*Eu era jovem, estudar, né? Trabalhar... a não ser saber das chances menores que você tem, porque vai ser julgada, né? Hoje eu fico pensando quantos empregos será que não... a gente vê os relatos... quantos empregos me foram bloqueados mesmo sem eu sacar por conta da sexualidade? Por suposição! (Clarice)*

A homofobia se expressa aqui não somente a partir da assunção explícita de uma homoafetividade divergente, mas também sobre a suposição de uma possível divergência. Ao divergir de uma performatividade esperada à uma dita feminilidade heterossexual, a mulher passa a ser discriminada. Além do mais, assim como no ambiente familiar, a condição mulher é também um dificultador na área profissional: mulheres recebem – ainda hoje – salários menores do que homens para a mesma função<sup>8</sup> e, como no caso de Cecília, ainda estão associadas a responsabilidade integral dos trabalhos domésticos não-remunerados, limitando o acesso e tempo para as conquistas de bens materiais que podem promover a emancipação. De acordo com um estudo divulgado pela Oxfam, organização internacional de combate à pobreza e desigualdade, durante o Fórum Econômico de Davos em Janeiro de 2019, se todo o trabalho não remunerado – cuidados domésticos e dos filhos, idosos e parentes - realizado pelas mulheres em todo o mundo fossem realizados por uma única empresa, o faturamento anual desta seria de 10 trilhões de dólares. Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] divulgado em 7 de março de 2018, as mulheres brasileiras trabalham, em média, semanalmente, oito horas a mais em serviços domésticos e cuidados de familiares.

---

<sup>8</sup> Segundo o estudo Diferença do Rendimento do Trabalho de Mulheres e Homens nos Grupos Ocupacionais - PNAD Contínua 2018 divulgado pelo IBGE em 08 de março de 2019, mulheres ainda recebem 20,5% a menos do que homens.

Dados como esses mostra a realidade laboral das mulheres e da “dupla jornada de trabalho”: Para além do trabalho remunerado fora do ambiente doméstico, ainda repousam sobre as mulheres a obrigatoriedade de manter o trabalho doméstico não remunerado, acumulando tarefas sem receber proporcionalmente por isso. Esse quadro reforça a desvalorização do trabalho doméstico tido como uma atividade sem importância – já que não gera capital – ainda que de fundamental importância social pois “é uma atividade indispensável para a manutenção da formação social e integridade familiar, dado que o trabalho doméstico é responsável pela produção de valores de uso para o consumo dos membros da família” (Diogo & Coutinho, 2006, p. 132), além disso, a desvalorização do trabalho doméstico contribui para a perpetuação da desigualdade entre homens e mulheres, visto que as atividades denominadas “naturalmente femininas” como o cuidado com a casa e a família, dadas que são “inatas”, não levam em consideração o treinamento e o tempo dispendido pelas mulheres para sua realização. Outro ponto que Diogo e Coutinho (2006) chamam atenção é para a descontinuidade das atividades econômicas das mulheres por conta da maternidade visto que “muitas vezes as empresas encaram estas entradas e saídas do mercado como uma amostra de ‘descompromisso’ das mulheres em relação ao trabalho” (Diogo & Coutinho, 2006, p. 133), sendo, na realidade, que as mulheres carregam a exigência de “abrir mão” de carreira e emprego em prol da manutenção da família, exigência que não é depositada aos maridos e pais.

Quando Cecília resolve pedir o divórcio e sair da casa do ex-marido, sua maior dificuldade é a financeira: Sem trabalhar há anos, não dispunha de capital ou experiência para buscar uma colocação, e ainda estava cursando a graduação, o que também gerou ataques por parte da mãe. Para conseguir sair de casa, contou com a ajuda do próprio ex-marido que passou então a remunerá-la pelos serviços domésticos.



*Aí, nós fizemos um acordo, ele ia me ajudar a princípio financeiramente e eu ia continuar cuidando da casa, das coisas, aí foi um acordo que ele não cumpriu direito porque daí eu fiquei limpando a casa, cuidando das roupas dele (...) aí porque a minha irmã deu a ideia para ele assim de que tira o cartão de crédito dela, tira toda a ajuda que ela tiver financeira, que ela volta... aí ele tirou na mesma semana e, e eu não voltei. Aí eu fui trabalhar a noite, arrumei emprego em qualquer coisa, lanchonete, fui trabalhar limpando banheiro, fui, peguei faxina para fazer, tudo que eu podia, eu peguei (Cecília)*

A “estratégia” utilizada pela irmã de Cecília aparece como prática dentro de família heteronormativa para a manutenção do referencial frente a um membro dissidente sexual, e segundo Toledo e Filho (2010, p. 387):

Frequentemente, muitos homossexuais se afastam de seus familiares ao conquistarem sua independência material. E, também, comumente, muitos permanecem ligados à sua família por uma ilusão de vínculos de amor “naturais”, mas que em realidade são vínculos financeiros e de dominação sobrepostos por uma homofobia familiar consentida, que exige que o membro homossexual se anule (...) a vinculação pela via financeira tem maior aderência às famílias que costumam comprar os segredos, habituadas a viver dessa maneira.

Nesse sentido, além de propor que o ex-marido de Cecília suspenda a remuneração pelos serviços domésticos que vinha prestando, a irmã em uma conversa por telefone sugere que Cecília volte para a casa do ex-marido, para a estabilidade financeira e bens materiais e busque casos extraconjugais com mulheres. A manutenção da família aqui, como apontado por Toledo e Filho (2010) não é pela manutenção do espaço de afetividade e amor, mas da estabilidade material e financeira, além da preservação de uma imagem familiar estruturada, de uma boa mulher, esposa e mãe para os ideais heteronormativo.

*Ela (a irmã) falou: "Não, você poderia ter qualquer mulher aí, paga, você tem dinheiro, paga, você não precisaria ter saído do casamento, agora você vai lavar patente dos outros, vai ser diarista dos outros, pra quê?" E eu penso diferente né?! Eu na época pensava gente, mas como é que pode? Ou então daí em outra ocasião ela ligou para mim e disse "Você é muito burra! Você largou casa, carro, a tua casa tinha tudo! Tinha ar-condicionado!"*

A fala da irmã de Cecília ilustra bem a importância dos bens materiais e a segurança produzida pelo acesso a estes em contraponto importância de vivenciar de forma plena o homoerotismo revelado para a irmã: O preço a pagar pode ser alto demais. A assunção de uma sexualidade não-heteronormativa implica muitas vezes não só na perda do trabalho e acesso a estes como nos apresenta Ana, mas na perda de um referencial identitário de si e também frente aos outros: Com o divórcio, Cecília perde o respeito da família e das pessoas próximas, deixando de ser não só uma mulher heterossexual a partir do momento da assunção, mas também de ser uma boa mãe e uma boa esposa.

O tema do acesso e garantia do trabalho aparecem de forma recorrente durante a narrativa de Ana, inclusive para chamar atenção para as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho pela comunidade trans<sup>9</sup> e que vê seu espaço de atuação limitado à prostituição para garantir sua sobrevivência:

*Tão aí as travestis e as transexuais que ainda tem uma puta dificuldade, né, que "as sapatão" e os viados já passaram há décadas atrás que não tem espaço de trabalho! Né, então, "ah, é puta...", é puta, "fio"! (ênfase) A pessoa precisa sobreviver (...) eu sei de uma monte de travestis que se prostituíram não necessariamente por uma escolha, mas por ser a única saída de sobrevivência... né? Eu não passei por isso! Porque eu já era uma pessoa concursada.... (Ana)*

---

<sup>9</sup> Utiliza-se aqui o termo "comunidade trans" para designar travestis, transgêneros e transexuais.

O trabalho é fundamental para a subsistência e é também uma das ferramentas de gestão da vida em uma governamentalidade biopolítica, conforme explorado por Foucault e de forma geral, a governamentalidade caracteriza-se como uma forma de poder, uma arte de governar, assentada no saber da economia política e tem como instrumentos os dispositivos de segurança e no qual o governo não se exerce sobre o Estado, a estrutura política ou o território, mas sim sobre as pessoas, indivíduos e populações (Foucault, 2008, p. 164). Por segurança, Foucault (2008), compreende a articulação de três formas sendo o código penal, a lei e os mecanismos de vigilância e correção e o dispositivo de segurança: o conjunto de elementos heterogêneos que compõem o que é aceitável ou não dentro dessa rede de poderes, e é a partir dessa normatização que determinados seguimentos da população podem ser passíveis de morte, em prol de uma segurança do território e do restante da população. Logo, o acesso – ou não – ao mercado de trabalho – e a remuneração gerada por ele – é um determinante de quem “faz viver” e quem “faz morrer”. Segundo Hachem e Pivetta (2010, p.344): “os novos mecanismos biopolíticos revelaram-se indispensáveis para o desenvolvimento do modo de produção capitalista na medida em que os fenômenos populacionais eram equacionados aos processos de acumulação do capital” assim, a garantia da vida perpassa a garantia da renda e vive mais e melhor quem acumula maior capital.

Complementando a noção biopolítica e, especificamente para pensarmos o homoerotismo por essa lógica, o conceito butleriano de abjeção permite compreender a desigualdade alarmada por Ana quanto à comunidade trans: os corpos que divergem da matriz heteronormativa vão gradativamente sendo desumanizados – ou seja, quanto mais distante da matriz, mais deixam de ser humanizados, em um processo que implica não só a homofobia através de suas variadas expressões - indicadas na seção 4.1 - mas no acesso a vida social: por não ser humano, o corpo abjeto não tem acesso ao estudo, ao trabalho, ao lazer, renegado a buscar nos espaços marginalizados a subsistência. Conforme Butler (2009/2015, p.13):

Quando a questão da sobrevivência, não só dos indivíduos, mas de populações inteiras está em causa, então, a questão política tem a ver com, se e como, uma formação social e política atende à demanda para prover/suprir as necessidades básicas, como abrigo e comida, e proteção contra a violência.

A partir da noção de vida precária, Butler (2015) nos atenta para a produção dos enquadramentos através dos discursos que modelam, hierarquizam e enquadram a vida, “normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos” (p. 17), produzindo populações e sujeitos que não são passíveis de luto pois que não são reconhecidas quanto vidas, mas o enquadramento além de produtor de não-existências, é também um configurador do olhar externo e modula a interpretação da cena apresentada ao expectador, contribuindo para a manutenção desses mesmos enquadramentos, e segundo a autora: “Sem a condição de ser enlutada, não há vida, ou, melhor dizendo, há algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida” (Butler, 2015, pp. 32-33). A precariedade da vida reside na dependência fundamental de condições sociais e políticas para sua manutenção e não só no fato de meramente viver um corpo dado que somos “seres sociais desde o começo, dependentes do que está fora de nós, dos outros, de instituições e de ambientes sustentados e sustentáveis, razão pela qual somos, nesse sentido, precários” (Butler, 2015, p. 43). Portanto, a garantia de recursos básicos de sobrevivência, como acesso a moradia, educação e trabalho que garantem condições de existência e colocar em questionamento as normas existentes e quais vidas têm sido reconhecidas e quais não.

### 6.3 COMUNIDADE E GUETOS

Como discorrido na seção Família, a homofobia sofrida pela família leva a constituição de “famílias de amigos” pelo reconhecimento e acolhimento das violências sofridas. Conforme Teixeira e Filho (2010, p. 387):

E quando não é acolhida (o) pela família, ou quando se exige que a (o) homossexual permaneça no armário, muitas vezes o peso dessa desestabilização e não reconhecimento faz muito homossexuais afastarem-se de suas famílias de origem. Assim, lésbicas e gays que revelam sua homossexualidade têm que criar um novo referencial familiar.

Nossas três entrevistadas trazem em suas histórias a importância de membros externos à família nos seus processos de assunção por não encontrarem na família a acolhida necessária, exceto Ana cujo processo de assunção se deu quanto o pai já havia falecido e a mãe encontrava-se doente, tendo que lidar com a reação dos filhos. Clarice relata a função do movimento LGBTQ+ - ainda que naquele momento não o nomeasse assim - e os “guetos” durante sua juventude para uma sensação de pertencimento e segurança, mas também aponta as tensões e divergências de dentro dos grupos:

*E a partir dos anos, depois que eu começo a trabalhar daí você tem colegas que te convidam, “vamos, vamos sair!” Daí eu comecei a conhecer os guetos... então isso... e o gueto te dá a falsa sensação de segurança, né?! Porque no gueto, as boates, era tudo muito... bom, ali era seguro, né? Embora na época, é, isso era São Paulo<sup>10</sup>, eu lembro que entravam uns policiais e as donas da boate pagavam para os policiais né... não ameaçar ninguém lá dentro, nosso problema era quando saísse, né, ali na rua Augusta tinha os chamados camburões coordenados pelo Erasmo Dias<sup>11</sup> que botava o povo pra correr, né? (Clarice)*

---

<sup>10</sup> Pelo relato, Clarice morou na cidade de São Paulo durante a sua faculdade porém não precisou por quanto tempo e em quais anos.

<sup>11</sup> Erasmo Dias foi militar, historiador e político brasileiro e ganhou notoriedade após ocupar o cargo de secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo durante a ditadura militar. Comandou a "A invasão da PUC", episódio ocorrido em setembro de 1977, no qual sob seu comando, a polícia invadiu de forma violenta uma reunião de estudantes para a refundação da União Nacional dos Estudantes (UNE).

De acordo com Perucchi (2001, p. 50), “o conceito (ghetto) tem sua origem nas concepções teóricas formuladas pela Escola de Chicago<sup>12</sup> e é aplicado para denominar locais de lazer, compras e residência de certos grupos minoritários nos Estados Unidos”, portanto, a expressão tem, originalmente, um uso economicista, mas é tomada para expressar os diferentes espaços de encontro – físicos ou virtuais – exclusivos de vivências homoeróticas. Um “gueto” importante e popular foi o Stonewall Inn, marco inicial das manifestações do orgulho gay em 1969 em Nova York, sendo o termo também aderido pela comunidade LGBTQ+ no Brasil. Ainda que o espaço do gueto fosse um espaço restrito à comunidade e seguro em sua interioridade, como podemos ver na narrativa de Clarice, estava exposto a violências homofóbicas plurais do “lado de fora”: Para além da violência policial e dos costumes, há a violência da segregação e restrição do espaço de circulação de uma população mas, também se pensarmos na origem do termo, uma violência econômico-financeira: A mercantilização de espaços, produtos e serviços exclusivos, ainda que moralmente proibidos.

Portanto, percebe-se o caráter contraditório do gueto: Se, por um lado, é um espaço de liberdades, por outro é um espaço de exclusão, restritivo e proibido. Conforme Nalli (2016, p.58): “Ser livre é – biopoliticamente – um fenômeno que só se experimenta num contexto de proteção e segurança, mesmo que para tal se faça necessária alguma limitação ou controle do ir e vir, do trânsito, da circulação”. Logo, essa “*falsa sensação de liberdade*” apontada por Clarice dá-se pelo paradoxo do gueto e a noção biopolítica de liberdade: manter-se vivo para além de circular e existir livremente. Podemos compreender o paradoxo do gueto a partir das noções de privado e público, tidas costumeiramente como contrárias. Conforme Perucchi (2010, p. 54):

---

<sup>12</sup> A Escola Sociológica de Chicago surgiu na década de 1910 nos Estados Unidos, fundada pelo historiador e sociólogo Albion W. Small e foi constituída por diversos sociólogos americanos do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago produzindo uma gama de pesquisas sociais centradas nos fenômenos urbanos. Para mais ver Becker (1973, 1982).

Toda cultura, que tenha a tradição de estruturar e explicar processos humanos a partir de uma lógica binária, de alguma forma estabelece certa dicotomia hierárquica entre os domínios do espaço privado e do espaço público, sendo que, em nossa cultura, a compreensão que se tem sobre essas duas esferas é a de que o que é próprio de um domínio deve ser inevitavelmente suprimido no outro.

Ainda que à primeira vista o aglutinamento no gueto possibilite uma vivência “livre” e “segura”, ao manter-se espaços exclusivos para práticas atribuídas como de cunho privado dos indivíduos, afasta-se o contato com o outro/diferente e perde-se a potência de afetar ao espaço público, o social no qual se dão as pressões e lutas necessárias para a garantia e legitimação dos direitos, legitimados apenas entre as quatro paredes do gueto.

Clarice apresenta em sua história a importância dos “*grupos políticos*” em sua “*composição da identidade*” dada a sensação de pertencimento e contato com outros em situação semelhante, porém, pontua também certas exigências performativas de uma nova categoria identitária – e nem sempre atendidas – dos grupos para uma aceitação “plena”:

*Mas eu acho que sempre pertencimento ele é importante, até porque é mesmo uma composição da identidade, né, da gente, então eu acho que ter outras pessoas com quem conversar, né, isso foi importante, para perceber, né?! Tinham grupos políticos mais era muito difícil nos anos 80 também porque tinha muita separação, né... a gente ia pro grupo ... sentava o grupo de militância feminista, é ... lésbicas nem sempre eram aceitas... você ia no grupo de lésbicas, tinha que ser lésbica legítima que... eu também não sabia que que era né? (Risos). Fico pensando, bom, que que é uma lésbica legítima? Você nunca pode ter pensado num homem, nunca pode ter beijado um homem, então era muito difícil ... difícil. Procurava até uns lugares, mas não... não sentia acolhimento. (Clarice)*

Partindo de uma análise genealógica, Butler (1990/2015) aponta que a identidade é um efeito, uma produção de um regime de sexualidade, um ideal normativo, assegurado por

práticas reguladoras e normas de gênero que garantem a inteligibilidade cultural e o estatuto de pessoa, que só se torna “inteligível” se em coerência e continuidade entre sexo, gênero, desejo e prática sexual. Assim, Clarice nos relata uma sensação de não-acolhimento pois, ainda que estivesse em um local de reconhecimento de si através do contato com mulheres lésbicas, ainda não estava em conformidade com as exigências dessa nova identidade que construía para si. A construção de uma identidade dentro do grupo apresenta certa traço violento pois assume uma fórmula rígida que pode ser tão opressiva quanto o “armário” experienciado anteriormente pois não há qualquer possibilidade de reversibilidade neste processo: O jogo da autenticidade e da inautenticidade parece não permitir retornos, como relata Clarice, expõem o efeito de uma violência de grupo que, ainda que acionada politicamente contra uma política de *status quo*, pode exigir de marcadores de identidade bem delineados e fixos em um processo de exclusão que, paradoxalmente implica em algum tipo de inclusão por identificação, ainda que parcial e não total. A crítica de Butler (1990/2015) sobre as políticas de identidade perpassam exatamente nessa não aceitação e continuidade na reprodução da matriz de inteligibilidade, como sugere:

A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino” (...) Certos tipos de “identidade de gênero” parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente por não se conformarem às normas da inteligibilidade cultural. (Butler, 1990/2015, p.44)

Assim, ao exigir certa “legitimidade” para a aceitação plena no movimento de lésbicas relatado por Clarice, o movimento que poderia ser um espaço de liberação das práticas reguladoras, assume um estatuto de reforço de uma matriz coerente às normas que atendem ao sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais ao invés de questioná-las e fragilizá-las, como propõem Butler (1990/2015, p.44): “(Certos tipos de ‘identidade de gênero’) criam



oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade e , conseqüentemente, de disseminar, nos próprios termos de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem de gênero” dentro, inclusive, dos movimentos dissidentes como grupos feministas ou lésbicos.

A crítica butleriana não propõe uma “implosão” dos movimentos identitários, até porquê, estes se mostram necessários na luta por direitos civis e jurídicos e para os processos de reconhecimento subjetivos, mas atentando em não transformar as identidades tidas como dissidentes em novas normas reguladoras, captadas pelas representações fundadas em lógicas binárias e limitadoras constitutivas. Segundo Pinto (2007), partindo de uma noção representacionista e essencialista das relações sociais, pressupõem que pessoas possam se aglutinar como representantes de uma identidade definida pois estaria incorporada em sua “essência” indivisível e imutável. Ana diz não se reconhecer nos espaços do gueto – que atribui a uma população mais velha – o que podemos entender como reflexo do fortalecimento do movimento LGBTQ+ durante as décadas de 70 e 80, como já apresentado anteriormente.

*Mas os adolescentes que hoje tem 50, 50 e poucos anos foram adolescente há... 35... há 35 era ainda, né, uma forma de proteção você viver no gueto.... eu não tenho essa vocação! Assim eu não fui para o gueto, convivo com muito viado e sapatão mas os que eu já convivia, pela, não escolher o gueto, então eu não frequento o bar porque ele é um bar gay, eu frequento o bar porque eu gosto do bar! Gay ou não gay, né.*  
(Ana)

Clarice narra uma perspectiva de mudança frente aos espaços de exclusividade e atribui a possibilidade de maior experimentação dos jovens nessa construção:

*Os mais jovens experimentam, né, eu acho isso muito legal, essa experimentação que eu não tive essa possibilidade, então eu não tive experimentação também, sabe? Eu*

*não tive experimentação e hoje tem “beijaço”<sup>13</sup> ... nunca que a gente ia pensar em beijaço nos anos 80! Ia todo mundo, sei lá, pra delegacia, pro hospital psiquiátrico, não é? Então fica... eu acho tudo muito lindo hoje! Não vejo isso como, como... pesar, sabe? Eu acho que a gente vive no tempo da gente né? Acho que foi meu tempo também que construiu isso, né? (Clarice)*

Foi através da organização das militâncias LGBTQ+ que hoje a juventude brasileira pode experimentar e tem garantido alguns direitos que nossas participantes não puderam, como nos coloca Clarice. A partir da organização de uma campanha nacional iniciada em 1981 pelo GGB, o Conselho Federal de Medicina reconhece a despatologização da homossexualidade em 1985, cinco anos antes da retirada da lista internacional de doenças pela OMS; a criação das primeiras paradas do Orgulho Gay nos anos de 1996 e 1997 no Rio de Janeiro e em São Paulo (Wendt, 2015); a adoção de crianças por casais homoafetivos legalizada em 2010 pelo Superior Tribunal de Justiça; a possibilidade de vivenciar o casamento legalizado somente em 2013 pelo Conselho Nacional de Justiça; e a última conquista recente do movimento LGBTQ+, a criminalização da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero pelo Supremo Tribunal Federal em 2019. Todas essas transformações são conquistas da organização e da luta dos movimentos LGBTQ+, de muita luta e sangue de milhares de pessoas no Brasil, um dos países que mais mata LGBTQ+ no mundo.

Ao propor uma indeterminação quanto à sexualidade, Butler questiona o estatuto fundacional do sujeito – que se dá através de uma inteligibilidade de gênero e sexualidade como já descrito – o que também questiona a ação de reconhecimento dos sujeitos apenas pela esfera jurídica, dado que é a partir da representação que essa se torna possível. Propõe a autora:

---

<sup>13</sup> Beijaço é um tipo de manifestação na qual casais homoeroticamente dissidentes se beijam em locais onde houveram expressões de homofobia anteriores.

. . . é neste sentido que a totalização temporária atuada pelas categorias identitárias é um erro necessário. E se a identidade é um erro necessário, então a asserção “queer” será necessária como um termo de afiliação, mas ele não vai descrever aquilo que ele intenta representar. Conseqüentemente, será necessário afirmar a contingência do termo: deixá-lo ser subjugado por aqueles que são excluídos pelo termo, mas que justificadamente esperam ser representados por ele, deixa-lo assumir sentidos que não podem ser agora antecipados por uma geração mais nova em que o vocabulário político pode carregar uma série muito diferente de investimentos. (Butler, 1993/2001, p. 230).

A luta pelo reconhecimento de uma identidade aparece, então, como um duplo violento: Se por um lado está implicada na autoconstituição de si, no reconhecimento de um lugar de pertença e garantia de direitos sociais mínimos, por outro, corre o risco de transformar-se em um local de reprodução dessas mesmas normas e de enrijecimento e sofrimento durante o processo constitutivo que pode ser múltiplo.

#### 6.4 ASSUMIR-SE: LIBERDADE E CAPTURA

Durante a pré-análise das entrevistas, esquadrinhou-se inicialmente a violência como mais uma categoria de análise das narrativas, cuja recorrências estava presente na fala das três narradoras, através de expressões e entendimento diversos. Porém, enquanto produzia essa análise, pareceu-me que a violência se constitui como elemento comum às três primeiras esferas até aqui apresentadas. Suas expressões são múltiplas: homofobias familiares, apagamentos subjetivos e discursivos, privação de recursos básicos de sobrevivência, exigências estéticas e identitárias, entre outras, aparecem nas histórias aqui apresentadas. Tal constatação vai de encontro com a proposta inicial desse trabalho de que a assunção de uma

identidade sexual, que a “saída do armário”, pode adotar contornos de violência ética de si e dos outros ao demandar do sujeito que se assume um reconhecimento identitário limitado e normalizador, ainda que dissidente da heteronormatividade vigente, uma nova matriz reguladora que também repousa no duplo hétero/homo e se mostra intransigente e inflexível.

Há, assim, uma produção de um recorrente duplo ao longo das três categorias de análise apresentadas: a família quanto espaço esperado de afeto e acolhimento em contraposição com a homofobia familiar, a pressão dos familiares para a revelação da homossexualidade, mas a violenta exigência de negação e silenciamento desta. Ao fazermos a análise do eixo autonomia financeira e trabalho a contraposição se dá entre a assunção depender da conquista da autonomia financeira, mas ela representar um risco para a manutenção de um emprego e da estabilidade, além da produção de vidas precárias através da exclusão e não reconhecimento de determinados sujeitos que não se encontram dentro da matriz regulatória de uma governamentalidade biopolítica. A produção de uma captura identitária pela comunidade LGBTQ+ ao traçar novos ideais regulatórios e ao mesmo tempo a produção de um espaço de acolhimento, identificação e luta aparece durante a análise da terceira categoria, e o gueto também apresenta uma configuração dupla: espaço de liberdades e segurança, mas que só existe quando restrito e limitado. Nesse sentido, a assunção e os seus atravessadores estão em uma constante relação de resistência e captura pelos dispositivos e, partindo dessa perspectiva, podemos localizar as histórias de vida apresentadas em um gradual de menor para maior proximidade de nossa proposição, iniciando com o relato de Cecília que ao ser questionada “O que é se assumir para você?”, responde:

*Olha... foi muito difícil eu assumir para mim... foi muito muito muito muito difícil! Eu passei a vida toda até os 36 anos mentindo para mim e eu tinha problemas comigo, muita raiva, eu sentia muita raiva o tempo todo, eu sentia raiva, raiva de mim! Então você se assumir é você se acolher, é você, você vê poxa eu sou isso e... e não é ruim! É*

*ruim para as pessoas, para mim não! Então, é... se assumir é isso é você se amar. E depois que você assume para você, ninguém segura... não tem como segurar! (Cecília)*

A assunção para Cecília está ligada a um movimento individual de acolhida e amor de um “verdadeiro eu” escondido. Mas se pensarmos em todos os elementos que ela nos apresenta ao longo de sua história, tão marcada por violências múltiplas – familiar, financeira, física – a impossibilidade de vivenciar uma homoafetividade parece estar menos relacionada a desvelação para si mesma e mais ligada à manutenção de um regime heteronormativo por parte de sua família desde muito criança, como no relato do pai que recusou atender um casal de “sapatões”. Partindo da noção foucaultiana de sujeito, Butler (2015, p.34) compreende que "os termos que possibilitam o reconhecimento de si são dados por um regime de verdade", portanto, as possibilidades de autoconstituição estão engendradas diretamente com as normas disponíveis através destes regimes e quais formas de existência serão reconhecidas ou não, e aparecem em um trecho da narrativa de Cecília: *“eu não me via né, na verdade?! Eu não me via... (pausa longa) eu tinha medo de me ver, tinha muito medo! Não gostava do que eu via. Nossa, eu tinha pavor!”*. Portanto, partindo de um viés essencialista e heteronormativo, Cecília foi atravessada desde muito nova pelo não reconhecimento de existências homo, e até mesmo pela violência à estas, alinhados a manutenção das práticas reguladoras da oposição homem/mulher (Butler, 1990/2015) e que participam dos processos de subjetivação, pois segundo a autora:

"qualquer relação com o regime de verdade será ao mesmo tempo uma relação comigo mesma . . . Pôr em questão um regime de verdade, quando é o regime que governa a subjetivação, é pôr em questão a verdade de mim mesma e, com efeito, minha capacidade de dizer a verdade sobre mim mesma, de fazer um relato de mim mesma."  
(Butler, 2015, p. 35)

Assim, um regime de verdade não é fechado em si mesmo, invariável e inevitável mas apresenta determinados enquadramentos que possibilitam o reconhecimento, certos pontos de referências para a elaboração a mim pois que dotados dessa dimensão reflexiva, produzem subjetivações, mas também produzem questionamentos sobre o regime, propiciando novos regimes, novos enquadramentos, novas subjetivações e novos "eus". É nesse sentido que Cecília pontua a importância da faculdade e da assunção do próprio filho para o seu processo de se assumir pois

*. . . a minha mãe, ela tinha essa consciência de que o dia que eu tivesse contato com outras mulheres, com o mundo lá fora, seria o fim... ela não queria que eu fizesse faculdade de jeito nenhum, ela odeia a ideia, porque ela sabia que era perigoso!*  
(Cecília)

O “contato com o mundo lá fora” permitiria – e permitiu – à Cecília questionar as normativas que até então pautavam sua constituição identitária e conhecer outras formas de reconhecimento, ainda que ao ser reconhecida a partir destas, teve que deixar de reconhecida pelas que vinha sendo até então, em um processo que pode ser doloroso e solitário, como ela mesma relatou. Conforme Butler (2015, p.36):

Também resulta que esse tipo de questionamento de si envolve colocar-se em risco, colocar em perigo a própria possibilidade de reconhecimento por parte dos outros, uma vez que questionar as normas de reconhecimento que governam o que eu poderia ser, perguntar o que elas deixam de fora e o que poderiam ser forçadas a abrigar, é o mesmo que, em relação ao regime atual, correr o risco de não ser reconhecido como sujeito.

Cecília constitui-se através de uma subjetividade lésbica em determinado momento mas, ao fazê-lo deixa de ser a Cecília-filha, Cecília-irmã, Cecília-esposa, Cecília-mãe, Cecília-mulher-de-verdade para a família, como nos coloca:

*Uma frase que eu escutei muito... "Você não deveria ter casado", mas é que, as coisas, eu não tive muita escolha, sabe? Eu fico pensando que se eu tivesse pago esse preço lá, com 18 anos, eu acho que eu não ia suportar! Porque, se nessa época, com a idade que eu tava, eu já não tive quase apoio nenhum... imagina com 18! (Cecília)*

Esse “preço a pagar” está em se afastar das matrizes de inteligibilidade (Butler, 1990/2015) que são determinadas a partir das “representações sociais, imagéticas ou discursivas, instituidoras da realidade, formadas de valores, crenças e normas, de modelos e evidências em práticas discursivas diversas” (Navarro-Swain, 2008, p. 47) e que se encontram reduzidas a uma matriz de inteligibilidade binária na qual a heterossexualidade é válida de reconhecimento, enquanto a homossexualidade não.

A autora pede cautela, porém, para a não substituição de um regime de verdade por outro pois “a homossexualidade ou bissexualidade não são respostas ou soluções, pois se atrelam ainda à sexualidade enquanto identidade e sobretudo, a um esquema de sexualidade binário, que existe enquanto referente” (Navarro-Swain, 2008, p. 53) pois na transferência de um referente ao outro a identidade permanece como um ideal normativo, resumido a sexualidade – ainda que contra hegemônica – e não como um descritor de experiência, como a possibilidade de constituir performativamente uma identidade própria, passível de transformação (Butler, 1990/2015) e que compreende não só a sexualidade mas diversos outros eixos de subjetivação, em uma rede de variáveis interligadas como a cultura, raça, nacionalidade, classe e outros.

Para Clarice, seu processo de assunção repousa na noção de uma identidade lésbica que entra em um jogo identitário de público/privado, de maneira interminável pois, para ela:

*Mas é uma pergunta que a gente se faz porque ninguém se pergunta né? Por que que é heterossexual? Essa pergunta a gente ouve, né? Por que que você é homossexual? ... não sei dizer, não quero saber dizer, ninguém tem que dizer porque que é*

*heterossexual... então acho que o assumir ele tá muito ligado, é mais... Eu acho que ele é um jogo, né? Um jogo de... de claro e escuro, sabe, assim? Você fala ou não fala e você vai aprendendo... você vai aprendendo, né, a ... a jogar com isso, conforme o lugar, conforme... a sensação que você tem de segurança, que é muito interna né? (Clarice)*

Clarice, como Cecília, também faz o reconhecimento de sua identidade através do duo hétero/homo na qual, se não estou em uma das extremidades, logo, estou na outra, mas esse processo de reconhecimento é de ordem pública – na revelação ao outro e, conforme Butler (2015, p.37): "As normas pelas quais eu reconheço o outro ou a mim mesma não são só minhas. Elas funcionam uma vez que são sociais e excedem cada troca diádica que condicionam" logo, as normas regulatórias do sexo possuem caráter performativo pois, para que produzam as materialidades dos corpos que nomeiam demandam repetição e reiteração constantes (Louro, 2001). E é esse caráter "interminável" da assunção que Clarice relata:

*Eu falo: "olha, eu sou casada, tenho uma companheira", se chegou uma pessoa, nova, né, "eu sou casada, tenho uma companheira"... assim, assim, assim, tá? Chegou outra pessoa? "Eu sou casada, tenho uma companheira...", chega outra pessoa? "Eu sou casada"... É eterno! É eterno, você tem que ficar repetindo, e repetindo, e repetindo, e repetindo . . . é um processo que me parece que ele é infinito, né? (Clarice)*

Conforme Butler (1990/2015), o instante da nomeação referente ao corpo ou ao sexo produz esse corpo e esse sujeito, constrói aquilo que nomeia e essa produção subjetiva está limitada às possibilidades fornecidas pelas normas regulatórias em jogo na sociedade e que são assumidas – ou não – pelos sujeitos e é exatamente nesse ponto de negação que reside a possibilidade de reinvenção dessas mesmas normas pois, de acordo com Louro (2001, p. 549) "ainda que essas normas reiterem sempre, de forma compulsória, a heterossexualidade,



paradoxalmente, elas também dão espaço para a produção dos corpos que a elas não se ajustam”. Portanto, a cada “assunção”, a cada reconhecimento e nomeação do outro e para o outro, Clarice produz e é produzida subjetivamente quanto sua identidade lésbica, mas que se mantém capturada pelo esquema binário da sexualidade, na qual as possibilidades de construção de si ficam restritas. É sobre essa restrição e essa exigência que repousa a crítica da teoria *queer* aos movimentos identitários e à sexualidade quanto referência primordial na construção do eu pois como apresenta Louro (2001, p. 549):

Seja para defender a integração dos/as homossexuais ou para reivindicar uma espécie ou uma comunidade em separado; seja para considerar a sexualidade como originariamente ‘natural’ ou para considerá-la como socialmente construída, esses discursos não escapam da referência à heterossexualidade como norma.

Pensar a assunção das homossexualidades por uma abordagem pós-identitária permite compreender a interdependência e integração da heterossexualidade e da homossexualidade dentro de um mesmo quadro de referências e não mais como um outro diferente em que para afirmar uma identidade é preciso negar a outra, de forma constante e definitiva, reiterando as normas de inteligibilidade que permitem a autoconstituição e o reconhecimento. Conforme Miskolci (2011, p. 48):

. . . o movimento homossexual demandava o direito e as condições para que seus membros fossem e exercitassem o que a sociedade lhes atribuía: uma sexualidade diferente. Em outras palavras, o movimento homossexual se via enredado no dispositivo de sexualidade prometendo liberação ao mesmo tempo em que permitia que ele funcionasse.

Partindo desse entendimento, o reconhecimento identitário pode assumir contornos violentos se compreendido quanto uma exigência identitária que restringe as vivências

dissidentes, perpetuam normas e limitam a performatividade ao invés de questionar o porquê de a heterossexualidade ser concebida quanto caminho natural e normativo.

Seguindo a linha foucaultiana de análise do surgimento da sexualidade, Butler (2009/2015) mostra como tal invenção moderna foi responsável pelo rompimento de “um regime sociopolítico em que o sexo existia como um atributo, uma atividade, uma dimensão da vida humana, e um regime mais recente em que o sexo foi estabelecido como uma identidade” (Butler, 2009/2015, p. 91). Assim, o sexo assume a condição de inteligibilidade do ser pois a determinação e a nomeação do sexo, segundo a autora, produz a materialidade dos corpos “dentro de uma série de dispositivos de regulação, com uma demanda discursiva de que esses corpos sejam produzidos dentro de uma matriz heterossexual compulsória” (Lima & Belo, 2019, p. 4) que legitima uma suposta continuidade e naturalidade da complementariedade macho/fêmea, exigindo a conformação dos sujeitos à matriz regulatória por meio da performatividade, a repetição dos atos, gestos, normas e expressões que criam uma suposta essência anterior que determina a matriz quando, na realidade, o que Butler (1990/2015) chama a atenção é que a ilusão de uma essência primeira dos sexos é um efeito da matriz e não sua causa. Resume assim Navarro-Swain (2000, s/p.):

A multiplicidade sexual, assim, assombra e penetra os espaços binários. Ou seriam as práticas sexuais múltiplas? Questões de ordem diversa, porém indissociáveis, na medida em que às práticas concede-se o selo da identidade sexual, definidora dos indivíduos. É a prática da sexualidade, portanto, que organiza o “eu” e faz de mim uma identidade inteligível, jogo de “verdades” que cria a ilusão de um sujeito ontologicamente definido por sua sujeição/ resistências às práticas regulatórias. Temos assim mulheres, homens – identidades definidas num esquema binário, heterossexual, reprodutivo, “natural”- rodeados de uma multidão de práticas que traduzem identidades incompletas, incorretas, incômodas.

A narrativa de Ana se aproxima do entendimento trazido pelos teóricos pós-identitários pois ela não concebe a existência de uma identidade anterior, ocultada, mas é somente a partir do encontro com sua atual namorada que passa a constituir sua lesbianidade.

Relata:

*No momento né, em que eu assumi o relacionamento com uma mulher isso não foi questão, mas apareceu anos depois..., mas será que sempre foi, né? E eu não... porque não me sinto bissexual... também não acho que... que isso possa mudar a frente, mas acho que a bissexualidade se determina de uma outra forma, é alguém que se interessa por homens e mulheres ao mesmo tempo e nesse momento eu me interessava por mulheres, né! Então assim me entendo nesse momento homossexual... (Ana)*

Percebemos na fala de Ana a busca, inicialmente, por uma adequação às matrizes regulatórias em que precisa se localizar dentro das identidades sexuais já estabelecidas: Hétero, homo ou bissexual, mas ao fazer a reflexão sobre sua trajetória e o seu entendimento percebe a assunção como algo a construir no momento presente – “*me entendo nesse momento*”. Navarro-Swain (2008) nos apresenta o conceito de identidade nômade para a superação desse construto identitário exigente, binário e cartesiano, e no qual, segundo ela:

O nomadismo, entretanto, é o operador de uma identidade que só se revela congelada em momentos passageiros, conjugando variáveis específicas. Eu sou apenas o que já fui e o presente é um magma de possibilidades. E meu comprometimento no presente condensa meus traços ‘identitários’ (Navarro-Swain, 2008, p. 54)

Partindo de um nomadismo, as representações de identidade e o reconhecimento identitário perdem o sentido pois os processos de subjetivação nômades possibilitam identidades múltiplas em um processo de autoconstituição a partir de experiências e acontecimentos esparsos no tempo na construção, não mais de identidades limitantes e limitadoras de outrem, mas de uma arte da existência (Navarro-Swain, 2008), ou como

proposto por Foucault (1978/2012) uma estética da existência, desdobramento do conceito de arte de viver e de modos de vida que de acordo com De Figueiredo (2010 ,p.295):

A arte de viver e modos de vida são dois conceitos que servem de enfrentamento a tipos de vidas reguladas por tecnologias científicas, pseudo-científicas, como as da “função *psi*”, seja ela psicológica ou psicanalítica, seja freudiana ou lacaniana. Pode ser colocar também a preocupação de Foucault a respeito dos modos de vida, *gay* ou não, ligada a uma “política da amizade” e a uma intensificação dos prazeres (ou uma “dessexualização” do prazer)

Através da ideia de arte de viver, Foucault (1982/2004) propõe a possibilidade de pensar e questionar as práticas assujeitadoras, propiciando a criação de práticas de liberdade em uma constante criação de si e das relações contra as tecnologias de poder enquanto a criação de modos de vida questiona os mecanismos de controle e as capturas subjetivas por meio dos ideais regulatórios e normativos e que “sempre são modos de ser, regras empobrecedoras, conservadoras, demasiado moralistas, que visam prescrever a melhor conduta, a melhor regra para todos, o tipo ideal de conduta a esta regra” (De Figueiredo, 2010 ,p.296).

Partindo de uma nova perspectiva epistemológica e ontológica e uma nova proposta de existência, a noção de “saída do armário”, quanto uma mudança identitária dentro de um determinado enquadramento de um regime de verdade heterossexual e binário, parece perder o sentido pois partindo do entendimento de uma autoconstituição nômade, em que as identidades são performativamente forjadas e assim desejadas, concebidas na possibilidade de criação de novos modos de vida – de si para si e de si para o outro – e de uma arte de viver questionadora dos regimes de verdade. E, segundo Foucault (1982/2004), a sexualidade é um campo vasto para a criação dessa proposta pois:

A sexualidade faz parte de nossa conduta. Ela faz parte da liberdade em nosso usufruto deste mundo. A liberdade é algo que nós mesmos criamos — ela é nossa própria criação, ou melhor, ela não é a descoberta de um aspecto secreto de nosso desejo. Nós devemos compreender que, com nossos desejos, por meio deles, instauram-se novas formas de relações, novas formas de amor e novas formas de criação. O sexo não é uma fatalidade; ele é uma possibilidade de aceder a uma vida criativa. (p.270)

## 7 CONCLUSÃO

Chego ao fim desse trabalho com mais inquietações do que iniciei, e, agradeço por isso. Produzir conhecimento é um processo de transformação pessoal intenso e de responsabilização e cuidado, pois, como analisado ao longo dessa pesquisa com o suporte teórico de Foucault e Butler, a verdade é uma produção e seus efeitos podem ser devastadores: O empobrecimento da vida por exigências identitárias, normalizações tristes, violências e exclusões que se perpetuam no corpo e na cidade. Como chegamos até aqui? Como saímos desse lugar? E para onde iremos? A análise do presente surge quanto ferramenta para buscar compreender o ponto em que nos encontramos e como podemos traçar uma rota de fuga, escapar pela tangente e elaborar, como sugerido, uma existência bela.

Assim, esse trabalho buscou compreender como se deram os processos de assunção de mulheres durante a idade adulta, quais elementos e discursos as atravessaram e o que as motivara para “saírem do armário” após os 30 anos e pensar, a partir dessas histórias, primeiro, uma possível maleabilidade das identidades sexuais – popularmente concebidas como naturais e determinadas - e, segundo, que a obrigatoriedade em “se assumir” é um efeito dessa concepção e de um regime de verdade pautado na heteronormatividade e na exigência de um falar de si, uma nomeação de si a partir de uma matriz de inteligibilidade que nos torna sujeitos.

Iniciei o texto apresentando os caminhos metodológicos, a trajetória da ideia inicial, os percalços e dificuldade até a determinação do problema final e a preocupação ética e política: da escolha do tema, de garantir a voz daquelas que participaram e na escolha de ferramentas teóricas e metodológicas e teorias críticas da epistemologia hegemônica masculinista, heterossexual e positivista. Portanto, elaborou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa e

pela utilização da história de vida temática através de entrevistas semiestruturadas visando maior liberdade de expressão das entrevistadas, garantindo que explorassem a temática e trouxessem os conteúdos que achassem relevantes, mas ainda mantendo um norteador. A análise das entrevistas foi realizada através da perspectiva genealógica de Foucault (1995), analisando os dispositivos que produziram os discursos em cena sobre as lesbianidades, sexualidade, mulheres, identidade e do “se assumir” através das práticas e do ideal regulatório heteronormativo. A justificativa trouxe dados alarmantes sobre a homofobia, lesbofobia e o lesbocídio, que apontou a necessidade de pesquisas sobre mulheres lésbicas e a invisibilidade das mesmas no âmbito acadêmico, jurídico e civil; a segunda justificativa partiu do âmbito pessoal, tanto por uma vivência minha quanto pelas minhas aproximações teóricas com os estudos de diversidade sexual e a teoria *queer*.

No segundo capítulo, apresentei a fundamentação teórica da pesquisa, partindo da Psicologia social e a filosofia da diferença para questionar o saber psicológico na construção das noções enrijecedoras da identidade e da sexualidade através de discursos patologizantes e normalizadores, pautados em conceitos biológicos e das teorias da personalidade. Apresentei os questionamentos de Butler (1990/2015) acerca da identidade de gênero, fundamentada em um regime binário e heteronormativo para o reconhecimento e existência do sujeito, e as problematizações sobre o determinismo biológico ou cultural do gênero, que concebem um sujeito pré-discursivo e essencialista. Na sequência, introduzi as ferramentas conceituais de Foucault (1976/2017) sobre o dispositivo da sexualidade e seu desenvolvimento, a produção de uma *scientia sexualis* no Ocidente e cujo um dos efeitos foi a atribuição primordial ao sexo na subjetivação dos sujeitos e na produção dos regimes de verdade e sua relação com o saber e o poder. Finalizei o capítulo apresentando a saída de Butler (1990/2015) via performatividade para a autoconstituição e o reconhecimento de si e dos outros.

No capítulo 3, discorri acerca das lesbianidades – plurais –, da constante recorrência da figura masculina ao discuti-las, e apresentei os dados alarmantes sobre a violência homofóbica e lesbofóbica, além da invisibilidade da temática nos registros históricos como um reflexo do não reconhecimento do desejo afetivo e sexual entre mulheres e dos registros realizados através de uma visão masculina sobre. Defini o termo lesbianidades para a pesquisa quanto processo de subjetivação de orientação sexual e identidade política, tendo como base Toledo (2010), apresentando as "explicações" populares sobre a lesbianidade que frequentemente recorrem à figura do homem, seja quanto frustração de ordem afetiva, violências ou inadequação da mulher para os parâmetros masculinos - claramente essa inserção do homem para o "entendimento" das lesbianidades é efeito do sistema heterossexista discorrido no capítulo dois. Trouxe, ainda, um breve levantamento histórico das lesbianidades no mundo e, posteriormente, no Brasil. No capítulo 4, fiz a apresentação das três entrevistadas Clarice, Cecília e Ana, trazendo alguns trechos de suas narrativas para dar uma visão geral de suas trajetórias desde a infância até o momento da entrevista, suas relações familiares, profissionais e amorosas.

As análises das entrevistas foram apresentadas no capítulo 5 - Conversas com elas - e dividida em quatro subitens. O primeiro Família discorreu sobre as relações familiares das entrevistadas antes, durante e após a assunção e sobre as famílias que constituíram. A narrativa de Cecília é marcada por diversos episódios de violências, tanto físicas quanto simbólicas, e silenciamentos dentro do ambiente familiar que, como analisado, geralmente é o primeiro ambiente de vivência da homofobia, mas a reconfiguração de famílias dissidentes do ideal heterocentrado se apresenta como uma possibilidade de construção de um ambiente familiar acolhedor e de suporte para os mais jovens, como nossas entrevistadas relataram em relação aos filhos e aos colegas deles. O segundo eixo de análise foi a autonomia financeira e trabalho em que se analisou como a assunção, para nossas entrevistadas, dependeu de uma



liberdade financeira, mas que essa mesma assunção pode representar um risco na perda do emprego em uma expressão de violência homofóbica. Outro ponto aqui analisado foi, pelo relato de Cecília, a desvalorização do trabalho doméstico e o afastamento das mulheres do mercado de trabalho como uma ferramenta de controle e manutenção de um ideal familiar heteronormativo. Partindo da noção de governamentalidade biopolítica, discutiu-se o acesso ao trabalho para a manutenção da vida e a produção de corpos abjetos e vidas precárias - na qual o não acesso aos recursos básicos de sobrevivência e direitos civis mínimos dificulta e impossibilita o reconhecimento de existências dissidentes.

O terceiro tópico debateu o papel da comunidade e dos guetos nas histórias de vida analisadas em que a primeira apresenta-se como um espaço de contato com iguais mas que podem assumir pressões e exigências identitárias na produção de ideais regulatórios dentro de uma comunidade que pretende questionar essas exigências, assim como os guetos que são espaços de liberdades e segurança dentro de seus limites mas que também restringem as vivências àquele contexto, caracterizando-se como um espaço de exclusão, em que são aceitas práticas homoeróticas em determinado local e não fora dele. Por fim, a categoria "Assumir-se: liberdade e captura" pretendeu relacionar a ideia de reconhecimento identitário - quanto uma exigência limitadora e violenta de adequação a uma nova matriz reguladora no binômio hétero/homo - e o reconhecimento da identidade - na autoconstituição através da performatividade e na experimentação dos prazeres, visando a construção de uma identidade nômade (Navarro-Swain, 2008) e de uma estética da existência (Foucault, 1978, 1982) como uma saída ao regime heteronormativo e ao sexo quanto elemento constitutivo fundamental da subjetividade.

As conclusões aqui desenvolvidas constituem-se de maneira provisória, demarcadas em um espaço e tempo localizado e não pretendem assumir o estatuto de verdade, mas sim contribuir para o debate em relação às questões de gêneros e de sexualidade e os efeitos que

os regimes de verdade produzem na criação dos modos de vida e como podemos desenvolver novos instrumentos e novas formas de existências que contemplem a diversidade humana, de forma engajada politicamente e ética. São múltiplos os entendimentos da temática aqui discutidas e não se esgotam as possibilidades de reescrever essa pesquisa partindo de outros pressupostos teóricos e metodológicos para compor uma perspectiva multifacetada acerca dos processos de assunção e da identidade.

## REFERÊNCIAS

- Butler, J. (2000). *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In Louro, G.L. (Org.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. (pp. 151 - 172). Autêntica.
- Butler, J. (2015). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 1990).
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 2009).
- Butler, J. (2015). *Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Calegaria, L. (2018, março 08). Mulheres trabalham 72% a mais do que homens em tarefas domésticas. *Exame*, Brasil. Recuperado de <https://exame.abril.com.br/brasil/mulheres-trabalham-73-a-mais-do-que-homens-em-tarefas-domesticas/>
- Cesar, A.C. (2016). *A teus pés*. São Paulo, SP: Companhia das letras. (Trabalho original publicado em 1982)
- De Figueiredo, F.P. (2010). Arte de viver, modos de vida e estética da existência em Michel Foucault. *Ítaca*, 0 (15), 290-299
- Diogo, M.F. & Coutinho, M.C. (2006). A dialética da inclusão/exclusão e o trabalho feminino. *Interações*, 11(21), 121-142.
- Firmino, F., & Porchat, P. (2017). Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero”. *DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, 19(1), 51-61.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In Rabinow, P., Dreyfus, H.L. (Org), *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2003). *A ordem do discurso*. São Paulo, SP: Edições Loyola. (Trabalho original publicado em 1970).
- Foucault, M. (2004). *Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade*. *Verve*, 5, 260-277.
- Foucault, M. (2004). A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In M. B. Motta (Org.), *Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária. (Trabalho original publicado em 1984)
- Foucault, M. (2004). Sexualidade e Poder. In M. B. Motta (Org.), *Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2012. (Trabalho original publicado em 1978)

- Foucault, M. (2005). *Em defesa da sociedade*. (Galvão, M.E., Trans.). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1976).
- Foucault, M. (2006). Gerir os ilegalismos. In Pol-Droit, R. (Eds.), *Michel Foucault: entrevistas a Roger Pol-Droit*. (pp. 41 - 52). Graal. (Trabalho original publicado em 1975).
- Foucault, M. (2008). *Microfísica do poder*. (Machado, R., Orgs.). São Paulo, SP: Graal. (Trabalho original publicado em 1978).
- Foucault, M. (2010). *Ditos e Escritos IV – Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2017). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. São Paulo, SP: Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1976).
- Grupo Gay da Bahia. (2018). *Mortes Violentas de LBT no Brasil – Relatório 2017*. Salvador, BA: Mott, L., Michels, E.
- Heilborn, M.L. & Almeida, G. (2008). Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. *Gênero*, 9 (1),225-249
- Ketzer, P. (2017). Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. *Argumentos*, 9(18), 95-106.
- Lauretis, T. (1994). A Tecnologia do Gênero. In: Hollanda, H. B. (Org.). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco. (Trabalho original publicado em 1987)
- Lima, V.M.L. & Belo, F.R.R. (2019). Gênero, sexualidade e o sexual: O sujeito entre Butler, Foucault e Laplanche. *Psicologia em Estudo*, 24, e41962.
- Lira, A.N., Morais, N.A., Boris, G.D.J.B. (2016). (In)Visibilidade da vivência homoparental feminina: entre preconceitos e superações. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(1), 20-33.
- Lispector, C. (1995). *A hora da estrela*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Rocco. (Trabalho original publicado em 1977)
- Louro, G. L. (2001). Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 541-553.
- Louro, G.L. (2003). Currículo, gênero e sexualidade – o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In Louro, G., Goellner, S. & Neckel, J. (Eds.), *Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na Educação*. (pp. 41– 52). Vozes. (Trabalho original publicado em 1997)
- Mansano, S. (2009). Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, [s.l], 8(2).

- Martinho, M. (1994). *Lésbicas Brasileiras: Saúde, educação, trabalho, família, questão legal, política e religiosa*. São Paulo, SP: Rede Um Outro Olhar.
- Martins, L. (2019). Quebrando o Tabu: Visibilidade lésbica através dos boletins Chanacomchana. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, 5(4).
- Meireles, C. (2011). *Cecília de bolso*. Porto Alegre, RS: L&PM.
- Melo, G.C.V.M. & Rocha, L.L. (2015). Linguagem como performance: Discursos que também ferem. In Marília Giselda Rodrigues et al. (Orgs.), *Discurso: sentidos e ação* (1a ed., pp. 97-116). Franca, SP: Universidade de Franca.
- Minayo, M.C.S, Deslandes, S.F., Cruz Neto, O. & Gomes, R.. (Orgs.). (2004). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes
- Miskolci, R. (2011). Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer. In Souza, L.A.F., Sabatine, T.T. & Magalhães, B.R. (Orgs.) *Michel Foucault : sexualidade, corpo e direito*. Marília, SP: Cultura Acadêmica.
- Miskolci, R. (2012). *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Mott, L. (1987). O lesbianismo no Brasil. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto.
- Nalli, M. (2016). Gueto. *Revista Espaço Acadêmico*, 0(184), 47-59
- Navarro-Swainm T. (2000). A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. *Textos de História* , 8(1/2), 47-84
- Navarro- Swain, T. (2002) As teorias da carne: corpos sexuados, identidades nômades. *Labrys – Estudos Feministas*, web, 1(2)
- Navarro-Swain, T. (2008). Desigualdade na diferença: A construção política dos corpos e das identidades sexuadas. *Maracanan*, 4, 37-38.
- O Globo. (2019, janeiro 22). Trabalho não pago das mulheres de todo o mundo equivale a 43 vezes o faturamento da Apple, num ano. *O Globo*, Economia. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/economia/trabalho-nao-pago-das-mulheres-de-todo-mundo-equivale-43-vezes-faturamento-da-apple-num-ano-23391792>
- Paulilo, M. A. S. (1999). A pesquisa qualitativa e a história de vida. *Serviço Social em Revista*, 2 (1), pp. 135-148.
- Pereira, A. O. (2018). O que é lugar de fala? *Leitura: Teoria & Prática*, 36(72), 153-156.
- Peres, M.C.C, Soares, S.F. & Dias, M.C. (2018). *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017*. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados.

- Perucchi, J. (2001). *Eu, Tu, Elas: investigando os sentidos que mulheres lésbicas atribuem às relações sociais que estabelecem em um gueto gls de Florianópolis*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Prado, J. L.A. (2016). A política do performativo em Butler. In Greiner, C. (Org.), *Leituras de Judith Butler*. (pp. 15- 36). Annablume.
- Prins, B., & MEIJER, I.C. (2002). Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 155-167.
- Raquel, F. (2016). Performatividade: Subvertendo corpos e identidades em cena. In Greiner, C. (Org.), *Leituras de Judith Butler*. (pp. 123- 138). Annablume.
- Reinoso, G. (2005). *Historia y análisis político del lesbianismo: la liberación de una generación*. Barcelona, Espanha: Editorial Gedisa.
- Resolução n.º 510, de 07 de abril de 2016*. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais envolvendo a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes. Recuperado de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>
- Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2011*. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Recuperado de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte, MG: Letramento.
- Rich, A. (2012). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas - Estudos Gays: Gêneros E Sexualidades*, 4(05). (Trabalho original publicado em 1980) Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>
- Salih, S. (2012). *Judith Butler e a teoria queer*. (Louro, G.L., Trans.). Belo Horizonte, MG: Autêntica. (Trabalho original publicado em 2002).
- Schulman, S. (2010). Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. (Trad. Fernandes, F. B. M). *Bagoas*, 0(05), 67-78
- Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. (2016). *Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013*. (1 ed.). Brasília, DF: Governo federal.
- Souza, G.S.S. & Prado Filho, K. (2015). Práticas de poder e saber na história e na psicologia social: alguns apontamentos. In Lemos, F. C.S. et al. (Orgs.) *Estudos com Michel Foucault: Transversalizando em psicologia, história e educação*. São Paulo, SP: CRV.
- Tinoco, R. (2004). *Histórias de vida: Um método qualitativo de investigação*.
- Toledo, L.G. (2008). Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior paulista. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, Brasil.

- Toledo, L.G., & Teixeira Filho, F.S. (2010). Lesbianidades e as referências legitimadoras da sexualidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(3), 729-749.
- Toledo, L.G., & Teixeira Filho, F.S. (2013). Homofobia familiar: abrindo o armário 'entre quatro paredes'. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65(3), 376-391
- Torrão Filho, A. (2000). *Tríades galantes, fanchonos militates: homossexuais que fizeram história*. São Paulo, SP: Summus.

## APÊNDICES



**APÊNDICE A**  
Roteiro de entrevista

<b>Nome:</b>	<b>Idade:</b>
<b>Telefone:</b>	<b>Escolaridade:</b>
<b>Profissão:</b>	<b>E-mail:</b>
<b>Local:</b>	<b>Data:</b>
<b>Duração:</b>	

### **Questões disparadoras**

1. Quando você se assumiu?
2. Como foi quando você se assumiu?
3. Como foi assumir-se na idade adulta? Por que neste momento?
4. O que é se assumir para você?
5. Como foi perceber-se quanto lésbica?
6. Como você se via antes da assunção? O que mudou?

**ANEXOS**

**ANEXO A**

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Prezada Senhora:

Gostaríamos de convidá-la para participar da pesquisa “A experiência de assumir-se na maturidade: Narrativas de mulheres lésbicas”.

A pesquisa tem como objetivo compreender o processo de assunção de mulheres que se assumiram lésbicas em idade adulta, confrontando as noções tradicionais de que a sexualidade se desenvolve durante a infância e adolescência e estagna na idade adulta.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo a senhora: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. As informações serão coletadas por meio de entrevistas, que serão gravadas e posteriormente transcritas. Após a transcrição os áudios serão apagados e os participantes da pesquisa serão identificados na folha de transcrição por um número para garantir o sigilo. Esta pesquisa contará com um segundo momento de feedback, a ser combinado posteriormente com a senhora, caso seja de seu interesse participar, seguindo os procedimentos de sigilo supracitados.

Esclarecemos ainda, que a senhora não pagará e nem será remunerada por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Espera-se que, com o estudo, seja possível compreender o processo de assunção da homossexualidade das mulheres em idade adulta, contribuindo para o combate a discriminação e o preconceito além do avanço das pesquisas acadêmicas sobre a temática da sexualidade, lesbianismo e gênero.

Esta pesquisa tem como risco a possibilidade de manifestação de incômodos, desconfortos ou alterações emocionais no decorrer das entrevistas. Entretanto, se durante a entrevista você sentir algum desconforto emocional será possível interromper imediatamente. E se for da sua vontade, a entrevista seguirá até o fim. Caso a pesquisadora avalie como necessário, sendo uma profissional da área de Psicologia, poderá realizar um acolhimento dos conteúdos manifestos pela participante no momento da entrevista.

Caso a senhora tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá nos contatar:

Telefone: (43) 99684-5770

E-mail: [mariagiuliacarlessi@gmail.com](mailto:mariagiuliacarlessi@gmail.com)

Ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone 3371-5455, e-mail: [cep268@uel.br](mailto:cep268@uel.br).

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue a senhora.

Londrina, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

Maria Giulia Lima Carlessi

RG 14.734.527-5

\_\_\_\_\_, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar voluntariamente da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica):

\_\_\_\_\_.

Telefone \_\_\_\_\_.